

C E E J A



MUNDO DO
TRABALHO

FILOSOFIA

CADERNO DO ESTUDANTE

ENSINO MÉDIO
VOLUME 2

Nos Cadernos do Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Mundo do Trabalho/CEEJA são indicados sites para o aprofundamento de conhecimentos, como fonte de consulta dos conteúdos apresentados e como referências bibliográficas. Todos esses endereços eletrônicos foram verificados. No entanto, como a internet é um meio dinâmico e sujeito a mudanças, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação não garante que os sites indicados permaneçam acessíveis ou inalterados após a data de consulta impressa neste material.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação autoriza a reprodução do conteúdo do material de sua titularidade pelas demais secretarias do País, desde que mantida a integridade da obra e dos créditos, ressaltando que direitos autorais protegidos* deverão ser diretamente negociados com seus próprios titulares, sob pena de infração aos artigos da Lei nº 9.610/98.

* Constituem "direitos autorais protegidos" todas e quaisquer obras de terceiros reproduzidas neste material que não estejam em domínio público nos termos do artigo 41 da Lei de Direitos Autorais.

Filosofia : caderno do estudante. São Paulo: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI) : Secretaria da Educação (SEE), 2015.
il. - - (Educação de Jovens e Adultos (EJA) : Mundo do Trabalho modalidade semipresencial, v. 2)

Conteúdo: v. 2. 2ª série do Ensino Médio.

ISBN: 978-85-8312-109-1 (Impresso)

978-85-8312-087-2 (Digital)

1. Filosofia – Estudo e ensino. 2. Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Ensino Médio. 3. Modalidade Semipresencial. I. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. II. Secretaria da Educação. III. Título.

CDD: 372.5

FICHA CATALOGRÁFICA

Tatiane Silva Massucato Arias – CRB-8 / 7262



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Geraldo Alckmin

Governador

**Secretaria de Desenvolvimento Econômico,
Ciência, Tecnologia e Inovação**

Márcio Luiz França Gomes

Secretário

Cláudio Valverde

Secretário-Adjunto

Maurício Juvenal

Chefe de Gabinete

Marco Antonio da Silva

*Coordenador de Ensino Técnico,
Tecnológico e Profissionalizante*

Secretaria da Educação

Herman Voorwald

Secretário

Cleide Bauab Eid Bochi

Secretária-Adjunta

Fernando Padula Novaes

Chefe de Gabinete

Ghisleine Trigo Silveira

Coordenadora de Gestão da Educação Básica

Mertila Larcher de Moraes

Diretora do Centro de Educação de Jovens e Adultos

Adriana Aparecida de Oliveira, Adriana dos Santos
Cunha, Durcilene Maria de Araujo Rodrigues,
Gisele Fernandes Silveira Farisco, Luiz Carlos Tozetto,
Raul Ravanelli Neto, Sabrina Moreira Rocha,
Virginia Nunes de Oliveira Mendes
Técnicos do Centro de Educação de Jovens e Adultos

Concepção do Programa e elaboração de conteúdos

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

Coordenação Geral do Projeto
Ernesto Mascellani Neto

Equipe Técnica
Cibele Rodrigues Silva, João Mota Jr. e Raphael Lebsa do Prado

Fundação do Desenvolvimento Administrativo – Fundap

Wanderley Messias da Costa
Diretor Executivo

Márgara Raquel Cunha
Diretora Técnica de Formação Profissional

Coordenação Executiva do Projeto
José Lucas Cordeiro

Coordenação Técnica
Impressos: Dilma Fabri Marão Pichoneri
Vídeos: Cristiane Ballerini

Equipe Técnica e Pedagógica
Ana Paula Alves de Lavos, Carlos Ricardo Bifi, Elen Cristina
S. K. Vaz Döppenschmitt, Emily Hozokawa Dias, Fabiana
de Cássia Rodrigues, Fernando Manzieri Heder, Herbert

Rodrigues, Jonathan Nascimento, Laís Schalch, Liliane
Bordignon de Souza, Maria Helena de Castro Lima, Paula
Marcia Ciacco da Silva Dias, Rodnei Pereira, Selma Borghi
Venco e Walkiria Rigolon

Autores
Arte: Roseli Ventrella e Terezinha Guerra; *Biologia*: José Manoel
Martins, Marcos Egelstein, Maria Graciete Carramate Lopes
e Vinicius Signorelli; *Filosofia*: Juliana Litvin de Almeida e
Tiago Abreu Nogueira; *Física*: Gustavo Isaac Killner; *Geografia*:
Roberto Giansanti e Silas Martins Junqueira; *História*: Denise
Mendes e Márcia Juliana Santos; *Inglês*: Eduardo Portela;
Língua Portuguesa: Kátia Lomba Brakling; *Matemática*: Antonio
José Lopes; *Química*: Olímpio Salgado; *Sociologia*: Dilma Fabri
Marão Pichoneri e Selma Borghi Venco

Gestão do processo de produção editorial

Fundação Carlos Alberto Vanzolini

Mauro de Mesquita Spínola
Presidente da Diretoria Executiva

José Joaquim do Amaral Ferreira
Vice-Presidente da Diretoria Executiva

Gestão de Tecnologias em Educação

Direção da Área
Guilherme Ary Plonski

Coordenação Executiva do Projeto
Angela Sprenger e Beatriz Scavazza

Gestão do Portal
Luis Marcio Barbosa, Luiz Carlos Gonçalves, Sonia Akimoto e
Wilder Rogério de Oliveira

Gestão de Comunicação
Ane do Valle

Gestão Editorial
Denise Blanes

Equipe de Produção
Editorial: Carolina Grego Donadio e Paulo Mendes
Equipe Editorial: Adriana Ayami Takimoto, Airton Dantas
de Araújo, Alícia Toffani, Amarilis L. Maciel, Ana Paula S.
Bezerra, Andressa Serena de Oliveira, Bárbara Odria Vieira,
Carolina H. Mestriner, Caroline Domingos de Souza, Cíntia

Leitão, Cláudia Letícia Vendrame Santos, David dos Santos
Silva, Eloiza Mendes Lopes, Érika Domingues do Nascimento,
Fernanda Brito Bincoletto, Flávia Beraldo Ferrare, Jean Kleber
Silva, Leonardo Gonçalves, Lorena Vita Ferreira, Lucas Puntel
Carrasco, Luiza Thebas, Mainã Greeb Vicente, Marcus Ecclissi,
Maria Inez de Souza, Mariana Padoan, Natália Kessuani Bego
Maurício, Olivia Frade Zambone, Paula Felix Palma, Pedro
Carvalho, Polyanna Costa, Priscila Risso, Raquel Benchimol
Rosenthal, Tatiana F. Souza, Tatiana Pavanelli Valsi, Thaís Nori
Cornetta, Thamires Carolline Balog de Mattos e Vanessa Bianco
Felix de Oliveira

Direitos autorais e iconografia: Ana Beatriz Freire, Aparecido
Francisco, Fernanda Catalão, José Carlos Augusto, Larissa Polix
Barbosa, Maria Magalhães de Alencastro, Mayara Ribeiro de
Souza, Priscila Garofalo, Rita De Luca, Roberto Polacov, Sandro
Carrasco e Stella Mesquita

Apoio à produção: Aparecida Ferraz da Silva, Fernanda Queiroz,
Luiz Roberto Vital Pinto, Maria Regina Xavier de Brito, Natália
S. Moreira e Valéria Aranha

Projeto gráfico-editorial e diagramação: R2 Editorial, Michelangelo
Russo e Casa de Ideias

CTP, Impressão e Acabamento
Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

Caro(a) estudante

É com grande satisfação que a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, apresenta os Cadernos do Estudante do Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Mundo do Trabalho para os Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (CEEJAs). A proposta é oferecer um material pedagógico de fácil compreensão, que favoreça seu retorno aos estudos.

Sabemos quanto é difícil para quem trabalha ou procura um emprego se dedicar aos estudos, principalmente quando se parou de estudar há algum tempo.

O Programa nasceu da constatação de que os estudantes jovens e adultos têm experiências pessoais que devem ser consideradas no processo de aprendizagem. Trata-se de um conjunto de experiências, conhecimentos e convicções que se formou ao longo da vida. Dessa forma, procuramos respeitar a trajetória daqueles que apostaram na educação como o caminho para a conquista de um futuro melhor.

Nos Cadernos e vídeos que fazem parte do seu material de estudo, você perceberá a nossa preocupação em estabelecer um diálogo com o mundo do trabalho e respeitar as especificidades da modalidade de ensino semipresencial praticada nos CEEJAs.

Esperamos que você conclua o Ensino Médio e, posteriormente, continue estudando e buscando conhecimentos importantes para seu desenvolvimento e sua participação na sociedade. Afinal, o conhecimento é o bem mais valioso que adquirimos na vida e o único que se acumula por toda a nossa existência.

Bons estudos!

Secretaria da Educação

Secretaria de Desenvolvimento
Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

Estudar na idade adulta sempre demanda maior esforço, dado o acúmulo de responsabilidades (trabalho, família, atividades domésticas etc.), e a necessidade de estar diariamente em uma escola é, muitas vezes, um obstáculo para a retomada dos estudos, sobretudo devido à dificuldade de se conciliar estudo e trabalho. Nesse contexto, os Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (CEEJAs) têm se constituído em uma alternativa para garantir o direito à educação aos que não conseguem frequentar regularmente a escola, tendo, assim, a opção de realizar um curso com presença flexível.

Para apoiar estudantes como você ao longo de seu percurso escolar, o Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Mundo do Trabalho produziu materiais especificamente para os CEEJAs. Eles foram elaborados para atender a uma justa e antiga reivindicação de estudantes, professores e sociedade em geral: poder contar com materiais de apoio específicos para os estudos desse segmento.

Esses materiais são seus e, assim, você poderá estudar nos momentos mais adequados – conforme os horários que dispõe –, compartilhá-los com sua família, amigos etc. e guardá-los, para sempre estarem à mão no caso de futuras consultas.

Os Cadernos do Estudante apresentam textos que abordam e discutem os conteúdos propostos para cada disciplina e também atividades cujas respostas você poderá registrar no próprio material. Nesses Cadernos, você ainda terá espaço para registrar suas dúvidas, para que possa discuti-las com o professor sempre que for ao CEEJA.

Os vídeos que acompanham os Cadernos do Estudante, por sua vez, explicam, exemplificam e ampliam alguns dos assuntos tratados nos Cadernos, oferecendo informações que vão ajudá-lo a compreender melhor os conteúdos. São, portanto, um importante recurso com o qual você poderá contar em seus estudos.

Além desses materiais, o Programa EJA – Mundo do Trabalho tem um site exclusivo, que você poderá visitar sempre que desejar: <<http://www.ejamundodotrabalho.sp.gov.br>>. Nele, além de informações sobre o Programa, você acessa os Cadernos do Estudante e os vídeos de todas as disciplinas, ao clicar na aba **Conteúdo CEEJA**. Já na aba **Conteúdo EJA**, poderá acessar os Cadernos e vídeos de Trabalho, que abordam temas bastante significativos para jovens e adultos como você.

Os materiais foram produzidos com a intenção de estabelecer um diálogo com você, visando facilitar seus momentos de estudo e de aprendizagem. Espera-se que, com esse estudo, você esteja pronto para realizar as provas no CEEJA e se sinta cada vez mais motivado a prosseguir sua trajetória escolar.

TENHO DÚVIDAS 

JÁ ESTUDEI 

Unidade 1 – Ser humano: ser ético.....9

Tema 1 – Vícios e virtudes: justa medida.....	10	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tema 2 – Preconceito.....	17	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tema 3 – Cidadania.....	29	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Unidade 2 – Ser humano: ser político36

Tema 1 – A natureza humana como política: Aristóteles	37	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tema 2 – O homem como predador do homem: Hobbes.....	45	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tema 3 – Desigualdade social: Platão e Rousseau.....	50	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Unidade 3 – O Estado.....58

Tema 1 – Os poderes e as leis.....	58	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tema 2 – Modos de produção capitalista e socialista.....	68	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Unidade 4 – Ser humano: ser político e ser ético – cidadão pleno 81

Tema 1 – Democracia	81	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tema 2 – Ideologia.....	90	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tema 3 – Direitos Humanos	100	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Caro(a) estudante,

Seja bem-vindo ao Volume 2 de Filosofia do Programa de Educação de Jovens e Adultos EJA – Mundo do Trabalho. Em primeiro lugar, você deve ser parabenizado pelo esforço e pela coragem em trilhar esse caminho ao conhecimento. Sem as aulas presenciais, você estará na maior parte do curso em sua própria companhia, e isso requer muita disciplina e determinação. Recomenda-se que você procure conhecer o conteúdo do Volume 1, caso não o conheça.

Neste Caderno, você fará um estudo a respeito do indivíduo em sociedade, refletindo sobre ética e política, elementos fundamentais para entender melhor o conceito de cidadania e a atuação cidadã. Você vai analisar o Estado e algumas de suas principais características, de forma que seja possível verificar em que medida a cidadania se realiza hoje e como ela seria mais eficaz para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. É o que você verá nas Unidades que compõem este Caderno, como descrito a seguir.

Na Unidade 1 – Ser humano: ser ético, você estudará a construção de uma atitude cidadã, analisando critérios e fundamentos que levam o ser humano a decidir por uma atitude e não outra, ou seja, o que o leva a agir. Além disso, refletirá sobre as consequências das atitudes humanas. Para tanto, serão investigadas as características do indivíduo virtuoso, ou seja, aquele que age sob a luz da razão e da ética.

A Unidade 2 – Ser humano: ser político trabalhará com a cidadania e como ela se manifesta em diversos aspectos das esferas social e política, articulando os conceitos de política, desigualdade social, dominação e pobreza, que balizarão a investigação. Serão feitos diálogos com o pensamento de Platão, Aristóteles, Jean-Jacques Rousseau, Thomas Hobbes e Karl Marx, que ajudarão a entender os conceitos propostos. Você poderá refletir sobre a política como parte da natureza humana, segundo as ideias de Aristóteles, sobre a desigualdade social pensada por Platão, e mais tarde por Rousseau, sobre a natureza do homem segundo Hobbes e sobre as origens da pobreza segundo Marx.

Na Unidade 3 – O Estado, será investigada a estrutura estatal, bem como a manifestação dos seus modelos na vida cotidiana dos cidadãos. Você observará os poderes, as leis, as noções de público e privado, além dos modos capitalista e socialista de produção.

Já a Unidade 4 – Ser humano: ser político e ser ético – cidadão pleno aprofundará as concepções políticas e éticas, com o objetivo de relacionar os âmbitos teóricos e práticos, na medida em que a teoria orienta a prática, e a prática fornece subsídios para que a teoria se aprimore. Nesse sentido, serão examinados conceitos como democracia, ideologia e direitos humanos com vistas à sua atuação na sociedade.

Deve-se também ressaltar que, no estudo de Filosofia, como já destacado no Caderno anterior, a dúvida é uma importante aliada. Conviver com a incerteza e com os questionamentos que fizer é fundamental para desenvolver e aprimorar seu olhar e seu pensamento sobre os temas estudados.

Boa sorte com seus estudos!

TEMAS

1. Vícios e virtudes: justa medida
2. Preconceito
3. Cidadania

Introdução

A ética é um campo de estudo que se preocupa com a investigação acerca do bem e do mal, do certo e do errado, do justo e do injusto, dos valores que os seres humanos admitem ter por aderir a um conjunto de crenças, por tradição ou por hábito. Os valores de cada indivíduo interferem nas atitudes em relação à vida coletiva, podendo expressar-se em práticas que integram as mais diferentes visões de mundo ou, ainda, em práticas segregadoras – que, talvez, incluam preconceito.

Vale a pena lembrar que, embora ética e moral sejam utilizadas como sinônimos, elas não têm o mesmo sentido. A ética diz respeito à teoria que reflete criticamente sobre a moral, discutindo os princípios que a orientam. Já a moral é um conjunto de regras, normas, cerceamentos que cada sociedade em determinado tempo estabelece, segundo princípios, costumes e tradições. A moral, portanto, não é algo natural, mas socialmente construído. A ética, por sua vez, busca compreender como cada sistema moral fundamenta suas regras, normas, cerceamentos, explicitando os pressupostos que sustentam esse sistema e verificando sua validade. É esse o campo sobre o qual você se debruçará nesta Unidade.

A análise começará, no Tema 1, pelas contribuições de Aristóteles, investigando o conceito de *mesóthes* – definido pelo filósofo como a virtude da justa medida, o meio entre dois extremos.

No Tema 2, você estudará um dos mais delicados e complexos problemas sociais da realidade brasileira, o preconceito – muitas vezes negado no discurso, mas presente na prática, sem que se perceba –, buscando aprofundar a reflexão acerca dos motivos que viabilizam sua manifestação, assim como investigando em que contexto e segundo quais termos ele se dá.

No Tema 3, por fim, você será convidado a pensar sobre como as ações de cada indivíduo se ajustam àquilo que é socialmente esperado e quais são aquelas que o ser humano realiza para aprimorar a estrutura social em que vive, refletindo sobre os direitos e os deveres e os modificando de acordo com a realidade, as necessidades e as situações.

A palavra *virtude* tem origem latina – *virtus* – e significa “capacidade”, “força”, “poder para”; é derivada de *vir*, que em latim quer dizer “homem” (pode-se perceber o mesmo radical no adjetivo “viril”). A palavra grega *areté* foi traduzida para o latim por *virtus*. Este último termo não se restringe à força e à coragem, mas refere-se à qualidade de excelência, seja do corpo, da alma ou da inteligência. Assim, diz-se que virtuoso é aquele que possui excelente capacidade, lembrando que a virtude diz respeito a um contexto bastante específico: trata-se da ação, que pertence ao campo da ética.

Cabe mencionar que essas definições foram criadas e marcadas por sociedades patriarcais, nas quais o homem (indivíduo do sexo masculino) exercia um padrão, um modelo social. Muitas vezes, usa-se a palavra “homem” como afirmação de um todo que não inclui, pelo menos no contexto no qual a palavra foi constituída, a mulher (indivíduo do sexo feminino). Nesse sentido, uma possibilidade seria investigar como o preconceito está na linguagem, manifestando-se até, às vezes, de modo inconsciente.

O objetivo deste tema será entender os conceitos de vício e virtude. Para isso, será estudado o filósofo Aristóteles, de fundamental importância, uma vez que ele inaugurou a filosofia prática, ou seja, a ética que tem por objeto a ação humana. Essas questões éticas foram tratadas antes das reflexões de Aristóteles, mas foi com ele que o campo da ação humana se tornou demarcado como objeto de reflexão.



O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Imagine que um motorista de táxi, no final do expediente, transportou um passageiro de seu local de trabalho até sua residência. Depois disso, foi para sua casa. Ao descer do táxi, observou que havia um envelope entre o banco do motorista e o do passageiro. Pegou esse envelope e, ao abri-lo, verificou que continha R\$ 2.000,00, várias notas fiscais de uma empresa e documentos pessoais do passageiro, entre eles RG e um cartão com nome, endereço e telefone. Diante desse cenário, o que o taxista deveria fazer? Como poderia agir eticamente?

Como você se decidiu por uma opção, e não por outra? Qual critério utilizou? Foi uma boa decisão? Como você pode saber disso? Você diria que, para decidir sobre a escolha e seus resultados, foi racional ou impulsivo? Há como ser um (racional) sem ser o outro (impulsivo)?

A ética, a virtude e os homens virtuosos

A situação sobre a qual você ponderou na seção *O que você já sabe?* é ilustrativa do campo ético, que busca conhecer não somente o que é o bem, mas também como alguém se torna bom do ponto de vista da sociedade em que vive.

O cenário analisado tem a intenção de mostrar que o campo da ética é prático, ou seja, refere-se à alternativa de decidir, o que quer dizer que as ações humanas são possíveis, não necessárias.

Para compreender ainda melhor, pense no oposto: na natureza, as ações são exigências universais e necessárias – por exemplo, o fogo, qualquer fogo (universal), sempre esquenta (necessário). O filósofo grego Aristóteles, na obra intitulada *Ética a Nicômaco*, ao falar de coisas que são dadas por natureza, cita uma pedra que, por natureza, cai. Por mais que se tente adestrá-la, jogando-a para cima diversas vezes, ela jamais “aprenderá” a subir e sempre cairá, necessariamente. Conforme afirma a filósofa Marilena Chaui, as ações humanas são sempre escolhas e nunca necessidades, porém suas consequências são variáveis: podem tanto ser positivas quanto negativas, seja para o indivíduo ou para as demais pessoas.

O dilema colocado pelo exemplo do taxista – que tem de decidir se devolve o dinheiro esquecido pelo passageiro ou não – expõe que o ser humano, além de ter vontade **deliberativa**, é um ser misto, dotado de vontade racional e tendências irracionais. Pode haver contradição entre o que a vontade quer e o impulso incita; tome como exemplo a frase que você já deve ter dito ou ouvido: “Se eu tivesse pensado melhor, não teria agido por impulso”.



Com que cara eu vou? É no campo da ética, isto é, da ação, que o indivíduo decide como proceder.



Deliberar

Sinônimo de escolher e decidir; decisão tomada mediante uma reflexão, uma pesquisa, uma análise.



ASSISTA!

Filosofia – Volume 2

Público e privado

Quais as diferenças entre público e privado? O vídeo problematiza as mudanças no significado desses dois termos ao longo da História da Filosofia, bem como seus impactos para a vida em sociedade e suas relações com a individualidade nos nossos dias. Além disso, provoca a reflexão sobre a ética e sobre as consequências das atitudes humanas, de diferentes pontos de vista.

O dilema se torna ainda mais complexo porque, para Aristóteles, as tendências irracionais do homem não seriam involuntárias. Para o filósofo, a vontade humana racional seria capaz de contrariar a vontade irracional. Já para Sócrates e Platão, seus predecessores, a contestação violenta ocorreria porque o sujeito desconhece a virtude. As ações humanas referem-se a um futuro que também é contingente, ou seja, um futuro incerto que nem sempre depende de escolhas para acontecer.

As tendências irracionais voluntárias mencionadas são denominadas por paixão (*páthos*). Antes de se aprofundar nesse conceito, você será convidado a explorar um pouco mais o que são as tendências irracionais voluntárias.

Quando alguém faz algo voluntariamente, o feito depende da vontade dessa pessoa; não é uma ação realizada de maneira forçada. Fazer algo irracional de forma decidida significa considerar que a racionalidade humana é uma capacidade, ou seja, que é possível escolher exercer a racionalidade ou não. O indivíduo pode, por exemplo, torturar alguém ou ser cruel, comportando-se de modo irracional, embora tenha a capacidade racional.

Já a paixão pode ser definida como a inclinação natural de buscar o prazer e fugir da dor. Nesse sentido, é possível dizer que ela é um elemento **constitutivo** da ação humana, que deve, portanto, ser considerada pela ética.



Constitutivo

Que faz parte de alguma coisa, que dá forma a um objeto ou a uma ideia.

A paixão também pode ser vista como um estado de passividade, de quanto o ser humano é capaz de ser afetado pelo sofrimento, pelo ciúme, pelo medo e por outros tantos sentimentos. Nesse caminho, a dor, o ódio e a vingança também são considerados paixões, pois designam emoções que afetam intensamente o exercício da razão. Explica-se, assim, por que a paixão é um importante elemento a ser levado em conta pelas investigações éticas e por que ela deve ser educada.

Para Aristóteles, sendo a ética uma teoria, uma reflexão sobre a prática, ela deveria examinar e determinar o fim a ser buscado. Esse exame responde à finalidade da ética. Para o filósofo, a felicidade seria o intuito da ação moral, o conteúdo do bem ético. Assim disse Aristóteles:

Toda a perícia e todo o processo de investigação, do mesmo modo todo o procedimento prático e toda a decisão, parecem lançar-se para um certo bem. É por isso que tem sido dito acertadamente que o bem é aquilo por que tudo anseia.



Paolo Veronese. *A Vitória vence o Pecado* (ou *Triunfo da Virtude sobre o Mal*), ca. 1553-1554. Acervo Palazzo Ducale, Veneza, Itália.

Para o filósofo grego, um bem seria valorizado pelo quão autossuficiente ele é. Assim, a felicidade seria um bem melhor do que a riqueza, a honra e a inteligência, pois esses bens não têm valor por si mesmos, são bens que servem para que outros possam ser alcançados.

A felicidade, por sua vez, seria um bem em si mesmo, um bem que diz respeito à excelência; a felicidade é a excelência da vida realizada.

Perceba que Aristóteles refletiu acerca de alguns elementos – a vontade, o futuro, o desejo – que permanecem atuais para a vida ética, seja individual ou coletivamente. Seu objetivo era pensar como alguém pode se tornar virtuoso, sendo a virtude um hábito, uma disposição contínua para agir racionalmente:

Mais ainda: é a disposição para escolher a “justa medida”, o “meio-termo” (*mesóthes*), pelo qual uma pessoa dotada de sabedoria prática escolhe a média entre dois extremos (por excesso ou por carência).

ARANHA, Maria Lúcia; MARTINS, Maria Helena. *Temas de Filosofia*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005, p. 227.

Justa medida ou **meio-termo** (em grego, *mesóthes*) é o conceito que descreve a ação virtuosa dos homens, aquela que se situa entre os extremos, também chamados de vícios, tanto do excesso como da falta. De acordo com esse conceito, o exagero, bem como a carência, traz desequilíbrio. O ideal, então, é o equilíbrio. Para confirmar essa ideia bastante material de interpretação da ação humana, Aristóteles utilizou exemplos práticos: se uma pessoa comer pouco, ficará com pouca energia e adoecerá; todavia, se comer demasiadamente, o excesso de alimentação também causará doenças. O ideal seria alimentar-se de maneira equilibrada, em espaços de tempo igualmente equilibrados. O mesmo serve para exercícios físicos, que, em equilíbrio, conseguem tornar uma pessoa mais forte, mas tanto em falta como em excesso podem acarretar males à saúde.

Partindo da observação do funcionamento do organismo humano, Aristóteles conceituou aspectos morais e seus efeitos:

[...] Aquele que foge a (e tem medo de) tudo e não persevera em nada torna-se medroso, e o que, em geral, não tem medo de nada precipita-se sempre em todas as direções. [...] Ou seja, a temperança e a coragem são destruídas pelo excesso e pelo defeito.

Mas são conservadas pelo meio entre esses dois extremos.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução: Antônio de Castro Caeiro. São Paulo: Atlas, 2009, p. 43.

Assim, a virtude é regida pela busca contínua do equilíbrio, atentando para que as ações não se tornem viciosas, nem pelo excesso, nem pela falta.



As pessoas costumam conhecer casos de vício, principalmente no uso das drogas, consideradas um mal epidêmico na sociedade. Mas lembre-se de que há várias maneiras de se viciar em muitas drogas diferentes, algumas lícitas, como o cigarro e o álcool, e outras não. Alguns costumes, como ver televisão, determinados hábitos alimentares, como o consumo de açúcar, dietas e até jogos podem se tornar vícios. É importante refletir sobre as próprias carências e excessos e saber que o equilíbrio é algo muito íntimo e pessoal.

Pense, por exemplo, em que situações de sua vida poderia ser empregada a noção de meio-termo ou justa medida? Imagine e analise uma situação tendo como perspectiva esse conceito de Aristóteles.

ATIVIDADE 1 A ética no cotidiano, a virtude hoje

O que seria uma ação corajosa (entendida como a justa medida entre a covardia e a temeridade) no caso de alguém que deparasse com uma mulher sendo agredida por um homem? Justifique sua resposta com base no que estudou neste tema.



DESAFIO

“– O que significa exatamente essa expressão antiquada: ‘virtude’? – perguntou Sebastião.
– No sentido filosófico, compreende-se por virtude aquela atitude de, na ação, deixar-se guiar pelo bem próprio ou pelo bem alheio – esclareceu o senhor Barros.
– O bem alheio? – perguntou Sebastião.
– Sim – disse o senhor Barros. – É verdade que a coragem e a moderação são virtudes, em primeiro lugar, para consigo mesmo, mas também há outras virtudes, como a benevolência, a justiça e a seriedade ou confiabilidade, ou seja, a qualidade de ser confiável, que são disposições orientadas para o bem dos outros.”

TUGENDHAT, Ernst; VICUÑA, Ana María; LÓPES, Celso. *O livro de Manuel e Camila: diálogos sobre moral*. Trad. de Suzana Albornoz. Goiânia: Ed. da UFG, 2002. p. 142.

Com base no texto, é correto afirmar:

- a) As ações virtuosas são reguladas por leis positivas, determinadas pelo direito, independentemente de um princípio de bem moral.
- b) A virtude limita-se às ações que envolvem outras pessoas; em relação a si próprio a ação é independente de um princípio de bem.
- c) A ação virtuosa é orientada por princípios externos que determinam a qualidade da ação.
- d) Ser virtuoso significa guiar suas ações por um bem, que pode ser tanto em relação a si próprio quanto em relação aos outros.
- e) As virtudes são disposições desvinculadas de qualquer orientação, seja para o bem, seja para o mal.

Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2004. Disponível em: <http://www.cops.uel.br/vestibular/2004/provas/dia3_artes_filosofia.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2014.

HORA DA CHECAGEM

Atividade 1 - A ética no cotidiano, a virtude hoje

Resposta de cunho pessoal. Uma vez que a justa medida refere-se ao que é a medida da moderação para cada pessoa, espera-se que você tenha respondido, no caso de não reagir diante do fato mencionado, os motivos (se considera ser um problema que não diz respeito a você, se sente medo da reação do casal, se se sente constrangido etc.) ou, no caso de reagir, o que de fato o impulsionaria a tomar uma atitude (defender uma pessoa em perigo, sentir-se incomodado diante de tal situação, colocar-se no lugar do outro, dar exemplo para seus familiares ou colegas etc.). Independentemente de sua resposta, seria recomendável que você tentasse fundamentá-la refletindo se a sua decisão teve uma motivação ética e qual teria sido. Você pode ter refletido, por exemplo, se precisou vencer o medo que sentia da reação do casal ou se somente reagiu sem pensar acerca das consequências. É importante que você tenha notado que, por fim, para uma pessoa, corajoso foi interferir na discussão, uma vez que ela precisou lidar com o medo, que, em princípio, a deixaria paralisada. Para outra pessoa, ao contrário, corajoso pode ser não ter interferido, pois inibiu o impulso de agir de forma inconsequente, enfrentando o homem que agredia a mulher.

Preconceito e *discriminação* são termos de que você já ouviu falar e que merecem atenção, sobretudo por conta da história da sociedade brasileira. Consultando a lei citada a seguir, da qual se destaca o artigo 1º, note como é recente na história brasileira a criminalização da ação racista ou **xenófoba** (1989).

LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA [José Sarney],
faço saber que o Congresso Nacional decreta e
eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei,
os crimes resultantes de discriminação ou
preconceito de raça, cor, etnia, religião ou
procedência nacional.

BRASIL. Casa Civil. Lei Nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm>. Acesso em: 27 ago. 2014.



Xenófobo

Que tem aversão ao estrangeiro, ao diferente.



FICA A DICA!

Não deixe de ler na íntegra a Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito étnico racial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm>. Acesso em: 27 ago. 2014.

Por que será que o povo brasileiro “tolerou” por tanto tempo o racismo sem que ele fosse considerado crime? Por certo, pode-se pensar em inúmeros casos de preconceito e discriminação, embora conste há mais de 25 anos na Constituição brasileira a punição a atitudes racistas. Tratar dessa questão será um dos objetivos deste tema, que também tem como interesse analisar o que é o preconceito, como ele opera, quais são suas origens.



O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Neste Caderno, tem-se trabalhado bastante com etimologia (estudo da origem das palavras). Nesse sentido, você poderia deduzir uma definição para o que é o *preconceito*?

Pense em palavras como *predestinação*, *predisposição*, *pressuposição*, *pré-escola*, *pré-história*, *pré-natal*. Perceba que o prefixo “pre” é o elemento comum a todas elas. O que ele significa?

Com base nesses exemplos, como você definiria “preconceito”?

Preconceito, discriminação e intolerância

Preconceito é, de forma geral, considerar que já se conhece alguém ou algo de antemão, sem o devido exame, sem rigor e análise. Independentemente de corresponder às opiniões favoráveis ou desfavoráveis, por serem emitidas sem uma investigação cuidadosa, o preconceito opera com base em padronizações. Para ilustrar com um exemplo cotidiano: nas cidades, vários imóveis já foram invadidos e roubados por pessoas que estavam “bem-vestidas”; muitas testemunhas, inclusive, afirmaram com surpresa que os membros da quadrilha não tinham “cara de ladrão”. São assaltantes trajando terno e gravata que, pela sua aparência, conseguem adentrar casas, prédios, bancos e joalherias. Perceba que a forma como se vestem não chama a atenção para os atos que cometem. Reflita: Por que será que isso acontece?

Tente ponderar sobre o que acontece com a imaginação das pessoas quando veem



um indivíduo trajando terno e gravata e sobre qual seria a reação delas ao descobrir que ele é, na verdade, um assaltante. Por que as pessoas têm essa surpresa, ainda que momentânea?

Nesse cenário, é possível observar vários preconceitos, entre eles os produzidos pelo julgamento que parte da aparência.

O assunto é amplo e complexo, pois é necessário considerar que a prática preconceituosa pode estar presente em distinções, exclusões e segregação (separação) em função da raça, classe, gênero, credo, idade, trabalho etc.

Para problematizar ainda mais, pense que o julgamento pela aparência talvez também pareça positivo; é possível julgar alguém pela aparência sem conhecer essa pessoa de fato, tendo dela uma imagem positiva, mesmo que não corresponda à realidade. Quando alguém é abordado por uma pessoa bem-vestida, de terno, bem-arrumada, falando bem etc., tende a ter uma atitude receptiva, uma boa impressão. No entanto, pode se tratar de uma pessoa desonesta e corrupta, como no exemplo citado anteriormente. Assim, o julgamento seria preconceituoso, ainda que a pessoa afetada por ele não fosse discriminada.

Em relação à discriminação, a tensão entre grupos com diferenças de ordem cultural, social, econômica, entre outras, se faz presente no campo da ação e das atitudes.

Quando uma pessoa, por se enquadrar em algum tipo de grupo que pode ser alvo de preconceito, é impedida de ter acesso a determinado direito ou, então, encontra dificuldades ou constrangimentos deliberados ao usufruir dele, considera-se que ela foi discriminada, por ter sido tratada de forma diferente do que aconteceria com outra pessoa de outro grupo. No mercado de trabalho, sabe-se que os salários de homens brancos são maiores que os de homens negros, e estes também recebem menos que mulheres brancas. As mulheres negras são as que têm o menor contracheque. Há diversos estudos que abordam o tema, no qual operam ao menos dois preconceitos, o de gênero e o de cor.

Grupo	Renda mensal em reais
Homens brancos	726,89
Homens negros	337,13
Mulheres brancas	572,86
Mulheres negras	289,22

A tabela anterior apresenta rendimentos mensais padronizados por 40 horas de trabalho em setembro de 1998. Observe a diferença dos rendimentos entre os grupos. Será que essa diferença, que chega a ser de 60%, mantém-se até hoje? Também é importante que você repare que a discriminação é maior em relação à etnia do que ao gênero. Ou seja, as mulheres brancas, discriminadas por serem mulheres, ainda sofrem menos no que diz respeito ao salário do que os homens negros, discriminados pela sua etnia.

Em relação ao racismo, há algo ainda mais grave e específico que merece uma reflexão crítica. Em certos casos, algumas pessoas entendem que as capacidades e os direitos dos seres humanos devem variar segundo suas diferenças étnicas, aceitando-se, por exemplo, que seja socialmente tolerado que determinado povo sofra todo tipo de violência e privação, sendo forçado à escravidão, ao **êxodo** ou até ao extermínio.

Infelizmente, há muitos exemplos de utilização dessa argumentação para justificar casos indignos aos seres humanos. Dois deles são a escravidão africana e o nazismo alemão. Essas intolerâncias raciais têm gravíssimas consequências. No Brasil, o preconceito racial, fruto de mais de três séculos de escravidão, pode ser observado nas escolas e universidades, no mercado de trabalho e na desigualdade econômica. Por outro lado, o ódio contra o povo judeu, relativo ao nazismo, exterminou cerca de 6 milhões de pessoas, sob a justificativa de que precisavam ser mortas em favor da superioridade da raça ariana.

ORIENTAÇÃO DE ESTUDO

Uma boa forma de ler para estudar é fazer anotações, ou seja, escrever algumas notas enquanto se lê um texto. Uma dica é que você anote as palavras-chave ou frases curtas que expressem a ideia principal do texto que está estudando. Dessa maneira, você desenvolverá um hábito que será de grande ajuda ao estudar qualquer disciplina.

É provável que você, ao terminar de ler um texto, se pergunte: “O que é mais importante no que acabei de ler?” ou “Quais ideias do texto o autor tinha intenção



FICA A DICA!

Para aprofundamento, leia o breve estudo *O perfil da discriminação no mercado de trabalho – homens negros, mulheres brancas e mulheres negras* (2000), de Sergei Soares. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2295/1/TD_769.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2014.



Êxodo

Emigração em massa; saída de habitantes de um local para outro.

de destacar?”. Saber identificar a ideia principal de um texto lido é fundamental, pois essa é uma forma de compreendê-lo e aprender com ele. Por isso, fique atento ao tema do texto, ou seja, ao assunto que é tratado.

Você pode fazer anotações sobre o texto *Estereótipos, preconceitos*, a seguir. Para cada parágrafo, tente registrar a ideia principal, do seu jeito e com suas palavras.

Por exemplo, no quarto parágrafo, a ideia central é a definição de estereótipos. Sendo assim, você poderia escrever: *Estereótipos são as ideias, as imagens, as concepções que fazemos das pessoas e de quase tudo o que está ao nosso redor sem uma avaliação criteriosa de se são ou não verdadeiras.*

Prossiga fazendo apontamentos para os demais parágrafos em seu caderno ou em uma folha avulsa. Se surgir alguma dúvida durante a leitura, anote-a e leve-a para o plantão de dúvidas do CEEJA.

Estereótipos, preconceitos

1 Antes de apresentar possíveis definições de estereótipo e de preconceito e estabelecer uma relação entre esses dois conceitos, quero propor um exercício de imaginação. Escolha um profissional de qualquer área e observe a primeira imagem que surge em sua cabeça. Imagine um cozinheiro, uma médica, um mecânico, um bombeiro, uma trabalhadora doméstica, um escritor...

2 Pronto?

3 Se você comparar a imagem que lhe veio com a que outros leitores pensaram, é bem possível que haja muitas coincidências, que muitas das características físicas e psicológicas pensadas para cada profissional repitam-se. Um cozinheiro será alguém que vestirá um avental branco, chapéu de mestre-cuca, e estará segurando uma colher de pau. Um escritor será alguém sonhador, sentado diante de um computador ou com um caderninho na mão, anotando, anotando. Um bombeiro será um herói sempre disposto a salvar vidas. E assim por diante...

4 Generalizações como as do parágrafo anterior podem ser chamadas estereótipos. Estereótipos são as ideias, as imagens, as concepções que fazemos das pessoas e de quase tudo o que está ao nosso redor. Essa visão das coisas é criada, aprendida, repetida, sem avaliarmos se é ou não verdadeira. Ciro Marcondes Filho, sociólogo e jornalista, chama estereótipo de vício de raciocínio. Em outras palavras, são verdadeiros rótulos que as pessoas imprimem umas às outras e que podem não corresponder à realidade, pois nascem de pensamentos superficiais, sem rigor crítico, chamados também pensamentos espontâneos.

5 Em nossa sociedade, os estereótipos podem ser transmitidos pelos meios de comunicação de massa – jornais, revistas, rádio, cinema e televisão – e pela internet também, em textos ou imagens. Podem estar presentes nos livros didáticos, nas revistas em quadrinhos, anedotas e até em histórias infantis. Em geral, os veículos de comunicação reforçam as expectativas que criamos em relação ao comportamento e às atitudes de pessoas e de profissionais que aparecem ao público. Por isso, alimentam os estereótipos.

[...]

6 O preconceito tem vínculo estreito com estereótipo. O primeiro nasce em geral de uma visão falsa e falseadora da verdade, de uma cultura, de um modo de pensar tendencioso. É decisivo perceber que o preconceito não se limita a uma ideia, o preconceito se torna um comportamento, uma atitude preconceituosa.

7 Muitos fatores podem explicar as origens do preconceito. O preconceito pode ser resultado da ignorância, da frustração de pessoas, da intolerância, do egoísmo, do medo, de uma educação *domesticadora*. Essa educação, conforme Dalmo Dallari, é aquela que educa alguém para aceitar sem reflexão ou crítica tudo aquilo que se afirma como verdade e que, muitas vezes, viola os direitos humanos fundamentais e a dignidade da pessoa humana. Uma criança que cresce ouvindo informações preconceituosas, como verdades prontas e acabadas, vai ser estimulada a agir de modo preconceituoso. Poderiam ser listados aqui dezenas de exemplos de preconceitos resultantes de uma educação domesticadora: preconceitos contra a capacidade da mulher, contra a capacidade de analfabetos, contra pessoas portadoras de deficiências ou contra pessoas que vêm de regiões diferentes de um mesmo país.

8 Alguns estereótipos são responsáveis pela criação de preconceitos e atitudes preconceituosas. Racismos, segregações, violências contra pessoas têm origem em esquemas simplistas estereotipados, elaborados e transmitidos em nosso meio social. O estereótipo pode aparecer em toda parte e atingir homens, mulheres, grupos raciais e étnicos, indivíduos de diferentes classes sociais, diferentes profissionais, pessoas com diferentes orientações sexuais etc. Em todos os casos, o melhor a fazer é vigiar – e abandonar – os vícios de raciocínio, para não agir de forma preconceituosa.

Referência

LERNER, Julio. Primeiro um, depois o outro. In: DINNES, Alberto (Org.). *O preconceito*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997.
MARCONDES FILHO, Ciro. *O que todo cidadão precisa saber sobre ideologia*. São Paulo: Global, 1985.



Você se lembra do conceito de isonomia? É o princípio pelo qual todas as pessoas são iguais perante a lei. Relembrando esse conceito (apresentado no Volume 1, Unidade 4), percebe-se que toda manifestação do preconceito, sobretudo nas formas de discriminação e de racismo, fere esse princípio. No Brasil, apesar dos casos de injustiça social, é possível se orgulhar de que a isonomia foi conquistada pela luta popular e hoje é garantida pela Constituição Federal. Cabe agora aos cidadãos assegurar que essas leis sejam cumpridas, denunciando casos de desrespeito e esclarecendo a comunidade sobre seus direitos.



VOCÊ SABIA?

Muitas vezes fala-se de “raça” e “etnia” como se fossem sinônimos. Não são. Raça durante muito tempo foi um conceito aplicado aos animais e transferido para os seres humanos. Dizia respeito às características físicas, como cor da pele, formato do nariz, tipo de cabelo. Etnia engloba essas características, mas também se relaciona com elementos culturais, da tradição, de crenças religiosas. Como exemplos de etnias, é possível citar os vários grupos indígenas presentes em solo brasileiro. Yanomâmi, Xavante, Kaiapó são três diferentes etnias; aliás, os indígenas não apreciam ser chamados indistintamente de “índios”, pois, apesar de alguma semelhança física, cada grupo possui hábitos e cultura próprios.

ATIVIDADE 1 Preconceito no mundo do esporte

Tendo como fundamento o que você estudou sobre racismo, analise e compare duas situações na esfera do futebol: uma ocorrida em 2014 e outra, em 2005.

- No dia 27 de abril de 2014, quando ia cobrar um escanteio, foi atirada uma banana no jogador brasileiro Daniel Alves, que defendia a camisa do Barcelona em jogo contra o Villarreal na Espanha.
- O jogador Ronaldo, conhecido no esporte como “Fenômeno”, posicionou-se sobre o racismo em entrevista para a *Folha de S.Paulo*:

← → <http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u89582.shtml> ☆ ↻

FOLHA DE S.PAULO | ESPORTE 🔍

25/05/2005 10:14

Sérgio Rangel

[...] Folha – O Samuel Eto’o [artilheiro do Barcelona] é um dos que mais sofrem [com o preconceito racial]...

Ronaldo – Acho que todos os negros sofrem. Eu, que sou branco, sofro com tamanha ignorância. A solução é educar as pessoas.

Folha – Já passou por isso?

Ronaldo – Não diretamente, mas me ofende quando ocorre com um amigo meu. Comigo o preconceito é outro. Aliás, é bem menos grave. As pessoas me chamam aqui de gordinho. Mas não me incomoda. [...]

Para o pesquisador, essas causas são inclinações que somente se transformam em comportamentos discriminatórios se reforçadas por fatores externos, como a miséria, o desemprego, a ignorância, a perda da identidade e dos valores, a insegurança. Sérgio Rouanet defende que o conhecimento das causas é crucial para que se possa não só compreender por que a intolerância ocorre, mas principalmente para criar uma cultura da tolerância, na qual a diferença seria aceita e o outro, compreendido.

O que Rouanet propõe é muito importante para ponderar sobre o indivíduo ser tratado como igual, sem ser obrigado a ser igual, ou seja, a igualdade diz respeito ao direito, mas não é e não deve ser uma exigência, pois os sujeitos também têm o direito de ser diferentes.

Para terminar sua análise, Sérgio Rouanet tem consciência de que a tolerância é o primeiro passo para uma cultura mais saudável, mas não é o ponto final, uma vez que, mais do que tolerar o outro, os indivíduos deveriam também conviver com o outro, aceitando e tomando para si justamente o que é diferente, em um diálogo frutífero que transformaria a cultura em algo representativo para todos, tanto naquilo que têm de semelhante quanto de diferente.

Outras contribuições que podem ser mencionadas são as dos filósofos alemães Max Horkheimer e Theodor W. Adorno, cuja obra *Temas básicos da Sociologia* (1973) traz uma abordagem sobre o conceito de racismo moderno e outros preconceitos. Esse estudo centra-se no contexto da tragédia ocorrida na 2ª Guerra Mundial, quando milhões de judeus foram exterminados em campos de concentração. Entender o **Holocausto** é também tentar evitar a repetição daquelas atrocidades praticadas por seres humanos.



Holocausto

Genocídio (assassinato em massa) de cerca de 6 milhões de judeus durante a 2ª Guerra Mundial, na primeira metade do século XX, por meio de um programa sistemático de extermínio praticado pelo governo nazista na Alemanha.

Tal como Sérgio Rouanet, Adorno e Horkheimer apontam elementos políticos e econômicos na constituição do preconceito, mas sua investigação tem como núcleo de análise a instância psicológica dos seres humanos.

Segundo os autores, uma das estratégias utilizadas pela propaganda nazista para seduzir a população era a divisão do mundo entre bons (aqueles que pertencem ao grupo) e maus (aqueles que estão fora do grupo). O sentimento de pertencimento é explorado para que o sujeito entenda e deseje a salvação dos primeiros (bons) e a condenação dos segundos (maus). A propaganda funciona na medida em que faz uso de estereótipos e repetições constantes, de modo que o público os aceite como se fossem normais, sem refletir a respeito. A padronização leva o sujeito a se identificar facilmente com a ordem. É importante destacar que a receptividade ao discurso totalitário se assenta na não reflexão por parte do sujeito, ou seja, a reflexão é uma das ferramentas contra o preconceito.

Por isso, quando se trata de conceitos como racismo moderno e preconceito, percebe-se quão complexos eles são. Assim, para melhor compreendê-los, é necessário desconstruí-los. Para avançar nessa reflexão, é preciso considerar a importância da educação como instância de estudo, análise e compartilhamento de pesquisas.



VOCÊ SABIA?

O Laboratório de Estudos sobre a Intolerância (LEI), fundado em 2002 por iniciativa de Anita Waingort Novinsky, faz parte da Universidade de São Paulo (USP) e, ao longo desses anos, tem investigado sobre a intolerância no Brasil, no resto da América Latina e na Ásia. Além disso, possui uma biblioteca e um centro de documentação. Também por iniciativa do LEI, será criado um Museu da Tolerância, cujo objetivo é tornar públicos os resultados das pesquisas. Esse museu poderá ajudar a efetivar o que se afirmou no texto analisado anteriormente: consolidar uma cultura da tolerância, tendo como apoio a educação.

MOMENTO CIDADANIA



A seguir, você vai ler um trecho da Lei federal nº 9.459, promulgada em 13 de maio de 1997, que define crime de racismo no Brasil. Ela contribuiu para mudar muitos dos hábitos e comportamentos da sociedade brasileira, na medida em que as pessoas, com medo da sanção (punição) definida em lei, começaram a conter suas atitudes racistas. Essa lei é também um bom exemplo de como a mobilização de determinados grupos em prol de seus direitos pode transformar a sociedade, já que ela é de iniciativa do movimento negro junto a outros movimentos sociais.

LEI Nº 9.459, DE 13 DE MAIO DE 1997

Altera os artigos 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA [Fernando Henrique Cardoso] Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os artigos 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.”

“Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Pena: reclusão de um a três anos e multa.

§ 1º Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a **cruz suástica ou gamada**, para fins de divulgação do nazismo.

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.

§ 2º Se qualquer dos crimes previstos no **caput** é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza:

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, o juiz poderá determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência:

I – o recolhimento imediato ou a busca e apreensão dos exemplares do material respectivo;

II – a cessação das respectivas transmissões radiofônicas ou televisivas.

§ 4º Na hipótese do § 2º, constitui efeito da condenação, após o trânsito em julgado da decisão, a destruição do material apreendido.”



Glossário

Cruz suástica ou gamada

Símbolo expresso em detalhes gráficos, feito com desenho de figuras de três linhas. Pode ser encontrado em muitas culturas em tempos diferentes, dos índios hopi aos astecas, dos celtas aos budistas, dos gregos aos hindus.

Caput

“Cabeça” em latim; expressão usada em textos legislativos para se referir ao enunciado do artigo.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19459.htm>. Acesso em: 27 ago. 2014.

HORA DA CHECAGEM

Orientação de estudo

Ao fazer anotações de um texto, cada leitor registra as ideias principais do modo como considera mais adequado para si mesmo. Assim, as respostas a seguir são possibilidades, que você deve analisar e comparar com suas próprias anotações. Mesmo com palavras diferentes, o importante é que as ideias apresentadas para cada parágrafo sejam semelhantes.

1 a 3 Você pode ter percebido que o texto começa chamando o leitor para o tema tratado (estereótipo e preconceito), propondo um exercício de imaginação. Assim, não há, necessariamente, ideias principais nesses parágrafos. Você poderia também ter indicado que esses parágrafos servem para apresentar exemplos de estereótipos.

4 Conforme apresentado na Orientação de estudo, esse parágrafo apresenta a definição de estereótipo (ideias generalizadas que fazemos das pessoas e das coisas, consideradas por Ciro Marcondes Filho, um vício de raciocínio).

5 Esse parágrafo aponta que a transmissão dos estereótipos se deve principalmente aos meios de comunicação de massa, que reforçam essas generalizações. Sendo assim, você poderia ter escrito: *Estereótipos podem ser transmitidos pelos meios de comunicação de massa e pela internet, nos livros didáticos,*

O objetivo deste tema é que você compreenda o conceito de *cidadania*. Para isso, será apresentado o momento em que esse conceito surgiu e a maneira como é entendido atualmente para problematizar os sentidos de ser cidadão nos dias de hoje.



Nos anos 1980, houve muitas manifestações pelo retorno da democracia. Exercer a cidadania nesse momento era lutar pelo direito ao voto.

? O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Provavelmente, você costuma deparar com campanhas publicitárias ou propagandas divulgadas por rádios, televisão e jornais e financiadas por órgãos públicos ou privados cujo objetivo é incentivar a cidadania e a atitude cidadã.

Você se lembra de já ter ouvido, visto ou lido alguma?

No discurso das mídias encontram-se situações em que a atitude cidadã é colocada em evidência, ilustrando como as pessoas deveriam agir para se tornar cidadãos. Por exemplo, em relação à honestidade: devolver o troco a mais que recebeu por engano; em relação à preservação do meio ambiente: não jogar lixo nas ruas; em relação ao respeito ao próximo: não ignorar idosos, crianças, ciclistas.

Qual o significado do termo *cidadania* quando empregado nessas campanhas? O que você pensa delas? Você acha que elas estimulariam a cidadania? Em sua opinião, o fato de existirem campanhas assim é indicativo de que há pouca cidadania?



A cidadania na História

A ideia de cidadania existe há muito tempo, tendo se transformado ao longo da História. Uma maneira de compreender melhor esse conceito é observar como ele aparece em diferentes situações históricas. Outra forma é investigar como a cidadania é reconhecida no dia a dia.

Para muitos, exercer a cidadania está diretamente ligado ao direito de voto, de eleger um representante. Para outros, a ideia imediata que a palavra *cidadania* evoca é a de uma ligação com algum lugar, a noção de pertencimento a determinada nação ou território – por exemplo, as pessoas que possuem dupla cidadania são consideradas cidadãs de dois países, estando sujeitas aos direitos e deveres referentes a dois territórios nacionais: o de origem e o que as acolheu. Ambos os entendimentos estão corretos, mas o conceito é ainda mais abrangente do que isso.

Na Grécia Antiga, o que caracterizava seu regime político como democrático era a cidadania, que representava o direito à participação política na *pólis*. Os cidadãos podiam eleger representantes e opinar diretamente sobre as questões públicas. Entretanto, para a cultura grega, esses direitos estavam restritos apenas aos homens livres que fossem adultos e filhos de pais gregos. As mulheres, os jovens, os estrangeiros e os escravos (que, juntos, formavam a maior parte da população) não tinham acesso à cidadania. Pode-se afirmar, então, que se tratava de uma democracia escravista.

Chama-se esse tipo de situação de **oligarquia**, governo no qual apenas um pequeno grupo muito restrito de indivíduos possui poder e governa para benefício próprio. Embora, por definição, a oligarquia e a democracia sejam contraditórias, pode-se perceber que, ao longo da História, é comum que a primeira seja uma característica da segunda, de forma que a organização política oligárquica traz, mesmo para um regime democrático, uma enorme desigualdade e muitas injustiças sociais, características pouco associadas ao sentido ideal que se dá para a palavra *cidadania*.

Você pode estar imaginando que o conceito mudou bastante desde a Antiguidade grega, de acordo com as transformações linguísticas, culturais, tecnológicas de cada local e época que utiliza o conceito em novas estruturas sociais.

Durante os séculos que se seguiram, já na chamada Idade Média, outra forma de organização foi bastante comum no território europeu: o **absolutismo**. Empreendidos pelas famílias monárquicas (nobres) e apoiados pela Igreja Católica, os governos absolutistas concentravam todo o poder na figura do monarca (rei), e os homens e as mulheres comuns (súditos) pouco podiam fazer além de trabalhar, pagar impostos e obedecer ao governo. Isso mudou a partir da Revolução Francesa, quando a **burguesia** tirou o poder da monarquia, transformando radicalmente a forma de organização política e social.

A conquista de direitos por iniciativa popular foi uma mudança radical oriunda dessa revolução: a cidadania estava ao alcance de qualquer pessoa, como prevê a *Declaração dos direitos do homem e do cidadão* (1789), documento que define que os direitos individuais e coletivos dos homens são universais. É claro que escrever no papel não significa dar garantia de que assim será em todos os lugares e para todas as pessoas. A presença da cidadania representava a existência de direitos e a possibilidade de ampliá-los mediante a participação política.

Mais recentemente, a cidadania foi vinculada à conquista dos direitos humanos: a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948) apresenta a ideia de que todo ser humano é livre e deve possuir uma vida digna. Redigido após a 2ª Guerra Mundial, o documento afirma que os cidadãos são iguais perante a lei, devendo estar protegidos das muitas formas de violência e barbárie, como torturas, crimes de guerra, exploração, escravidão etc. Desse modo, o cidadão possui sempre direito a um julgamento adequado caso seja acusado de algum crime. Além disso, também tem o direito de expressar suas ideias e de contribuir para a política vigente. Mas todos esses direitos necessitam de uma participação ativa, de uma reivindicação e de um exercício, do contrário seriam somente partes esquecidas de uma legislação, sem efeito prático na vida das pessoas.

Pode-se concluir que o cidadão é um sujeito de direitos e de deveres, e a cidadania efetiva-se na medida da participação cidadã, quando o indivíduo se envolve na discussão, decisão e realização do que é comum, exigindo direitos, cumprindo deveres, não sobrepondo interesses particulares aos coletivos. Assim, é possível também afirmar que a cidadania realiza-se no próprio exercício dos direitos e deveres do cidadão e que ela é fundamental para a luta e a conquista de uma sociedade melhor.



Burguesia

Classe social, surgida na Europa, entre os séculos XI e XII, formada, em geral, por comerciantes. À época da Revolução Francesa, esse grupo detinha o poder econômico, mas não possuía o prestígio social e os direitos políticos da nobreza – estopins para essa revolução.

ATIVIDADE 1 Direitos e deveres do brasileiro

Tomando como base a leitura do texto *A cidadania na História* e considerando suas impressões acerca de seu cotidiano, avalie e comente os direitos e os deveres que o cidadão brasileiro possui, segundo a Constituição brasileira, expostos nos quadros a seguir. Tenha em mente algumas questões que podem orientar sua reflexão: Os direitos são cumpridos? Os deveres são respeitados? Por quem? Os deveres são condizentes com a realidade? Os direitos representam o brasileiro em sua realidade?

DIREITOS	DEVERES
<ul style="list-style-type: none"> • Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. • Direito a educação, saúde, moradia, trabalho e lazer. • Liberdade de manifestação de pensamento, sendo vedado o anonimato. • Seguir a crença religiosa que desejar. • Exercer a profissão que quiser, respeitando as exigências relacionadas às qualificações profissionais. • Proteção à maternidade e à infância. • Não ser tratado de forma desumana ou degradante. Não ser submetido a atos de tortura física, psicológica ou de qualquer outra natureza. 	<ul style="list-style-type: none"> • Respeitar e cumprir as leis do País. • Respeitar os direitos de outros cidadãos, sejam eles brasileiros ou estrangeiros. • Tratar com respeito e solidariedade todos os cidadãos, principalmente os idosos, as crianças e as pessoas com deficiências. • Proteger e educar, da melhor forma possível, os filhos e outras pessoas que dependem de terceiros. • Escolher, por meio do voto, os governantes do País (presidente da República, senadores, deputados federais e estaduais, governadores, prefeitos e vereadores). • Colaborar para a preservação do patrimônio histórico-cultural do Brasil. • Ter atitudes que ajudem na preservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

Fonte: BRASIL. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 27 ago. 2014.



Cidadania: pertencer ao lugar, apropriar-se do espaço

Cidadania significa possuir direitos, entre eles: ter acesso a condições que garantam de forma digna a própria existência, um bom salário, moradia segura, educação, saúde e transporte de qualidade; apropriar-se do espaço público; participar de maneira ativa da organização político-social e exigir seus direitos.

Cidadania significa também ter deveres, como os de zelar pelo direito alheio, ter a responsabilidade coletiva pela própria comunidade, participar das decisões, ajudando a construir as regras e a cumpri-las.

Diz-se que os franceses da época da Revolução Francesa tinham muito orgulho de se cumprimentar como cidadãos (“Olá, cidadão, como vai?” “Boa tarde, cidadão! Vou bem, e você?”). Isso porque, por muitos séculos, viveram como servos, depois como súditos de um monarca, sem direitos, sem participação, sem autoestima nem orgulho. Viviam sem nenhum poder de decisão sobre sua vida ou sobre a própria comunidade, muitas vezes sofrendo interferências **arbitrárias** e até violentas por parte de seus governantes, sem ter a quem recorrer ou como se defender.



Arbitrário

Escolha ou decisão que depende apenas da vontade de alguém, portanto não necessariamente fundamentada em argumentos, podendo ser um capricho ou abuso de poder.

Essa situação retoma a ideia do texto anterior, no qual foi citada a noção de pertencimento a determinado lugar. O cidadão tem orgulho de sua cidadania, do lugar em que vive e que ajudou a construir, inspira-se com o sentimento de soberania de sua nação, em certa medida se orgulha do espaço ao qual pertence e sente, em reciprocidade, que esse espaço lhe pertence e que, portanto, pode ser transformado pela ação cidadã de cada um.

Para os brasileiros, especificamente, esse sentimento deve ser cultivado com muito apreço, pois o País tem um longo histórico de abusos decorrentes de seu passado colonial, o que incluiu um dos maiores períodos de escravidão da História (1530-1888), além de um quadro de corrupção muito grave no campo político. Segundo um relatório de 2013 da organização Transparência Internacional sobre o quanto a população de um país percebe a existência de corrupção nele, o Brasil figura como o 72º colocado no ranking entre os 177 países analisados. Isso quer dizer que, embora o Brasil tenha muitos casos de corrupção, a população brasileira não está entre as que notam mais a existência desse fenômeno.

A somatória desses fatores – o passado colonial e a corrupção – contribui para um panorama social em que o acesso à cidadania é limitado, potencializado pela grande concentração de recursos (riqueza, terras ou influência) na mão de poucas pessoas. Dessa forma, percebe-se que existe um usufruto de direitos garantido a determinadas classes sociais, grupos que possuem acesso e recursos, conforme os exemplificados, e desfrutam de mais facilidades para adequarem-se socialmente. Enquanto isso, o cidadão comum possui maior probabilidade de ser lesado ou alvo de injustiças, a despeito de seus direitos conquistados.

O sociólogo britânico Thomas Marshall (1893-1981), em seu livro *Cidadania, classe social e status*, afirmou que cidadania é um *status* conferido a alguém que pertence a determinado grupo social. O sujeito considerado cidadão deve se guiar por meio dos seus direitos e dos seus deveres. Para o autor, cada grupo social determina os direitos e deveres vigentes que têm de ser seguidos. Eles servem de parâmetro entre a maneira como as pessoas agem na realidade e qual é o ideal de cidadão que o grupo mantém.

Marshall usa o conceito de *status* para comentar a relação entre classe social e cidadania. *Status*, em linhas gerais, pode ser entendido como a situação de alguém em determinada sociedade ou a medida de prestígio de um indivíduo.

Para o autor, a cidadania tem sido uma instituição em desenvolvimento no contexto europeu, inclusive nascida de revoluções burguesas desde a segunda metade do século XVII. Então, é claro que seu crescimento coincide com o desenvolvimento do **capitalismo**, que, em suas palavras, é o sistema não de igualdade, mas de desigualdade. Daí seu espanto, pois, para Marshall, o conceito de cidadania e o sistema capitalista são radicalmente antagônicos, estando em guerra permanente, anulando-se de forma irreconciliável.

Conclui-se dessa contradição que a cidadania é **pertinente** ao mundo contemporâneo capitalista. Nascida de sua primeira concepção – as revoluções burguesas – que, em teoria, pretendiam garantir a todos igualdade perante o Estado democrático e acesso irrestrito aos seus direitos individuais, a noção de cidadania opera em realidades um tanto diferentes e está submetida a uma sociedade de classes, cuja desigualdade é característica essencial.



Glossário

Capitalismo

Modelo econômico no qual a produção e distribuição de materiais, produtos e riquezas são propriedade privada e têm a finalidade de gerar lucro.

Pertinente

Apropriado; esperado; ajustado; que faz referência a alguma coisa e que, portanto, é adequado – por exemplo, em nossa cultura, é pertinente que os convidados não usem branco em um casamento. Também pode significar algo muito relevante, importante – é pertinente levar sempre sua carteira de identidade consigo.

TEMAS

1. A natureza humana como política: Aristóteles
2. O homem como predador do homem: Hobbes
3. Desigualdade social: Platão e Rousseau

Introdução

Você vai começar a Unidade 2 do Volume 2 de Filosofia, o que significa que logo estará na metade do curso. Parabéns pela dedicação e pelo empenho para chegar até aqui!

Ao longo desta Unidade, você será convidado a refletir sobre o conceito de política, buscando sua origem, analisando seus usos e compreendendo os interesses a ela relacionados e seus muitos significados.

O objetivo é perceber que no universo da política existem muitas abordagens e compreensões acerca do significado do poder e da governança daquilo que diz respeito ao espaço público. Há, portanto, muitas formas de agir, de pensar e de se posicionar. E, para aqueles que gostam de “lavar as mãos” a fim de se livrar da responsabilidade de encarar a política, deve ficar claro desde já que até a inação (a ausência de ação), o deixar de querer saber ou participar politicamente, é também uma ação política, e alguém estará se beneficiando da sua abstenção. Então, você deve ficar bastante atento. No campo político, social, econômico, sempre que alguém afirmar algo como verdade absoluta ou que algo é assim porque é natural, procure se perguntar a quem aquela afirmação beneficia. Conhecer a situação vigente é importante para atuar nela, e a participação também é uma forma de buscar conhecer. Sabendo de modo amplo que a política possibilita a busca do bem comum, atuar como cidadão é mais do que um direito, é um dever.

No Tema 1, você estudará o conceito de política segundo Aristóteles e as formas pelas quais se interage com a política hoje. No Tema 2, vai conhecer o pensamento de Thomas Hobbes, filósofo inglês do século XVII, que também se dedicou à política e formulou um conjunto de ideias que ajudam a explicar o funcionamento da sociedade e a importância das leis como reguladoras dos comportamentos humanos. Por fim, você estudará, no Tema 3, a desigualdade, como ela é construída na sociedade e como se relaciona com a política, por meio dos pensamentos de Platão e de Rousseau, filósofo suíço que viveu no século XVIII.

O filósofo e dramaturgo brasileiro Augusto Boal (1931-2009) teria dito, certa vez, que até ao olhar para a Lua o ser humano está fazendo política. Com essa afirmação, ele buscava radicalizar a ideia de que toda ação humana é política, porque gera interferência no todo social. Assim, até os sonhos, projetos, anseios e reflexões mais íntimos também têm consequências políticas. Boal não foi o primeiro a abordar a política como algo que faz parte da natureza humana. Neste tema, você vai investigar a abordagem de Aristóteles sobre a política para compreender por que esse filósofo definiu o homem como um animal naturalmente político.

? O QUE VOCÊ JÁ SABE?

- Você já ouviu a afirmação “Política, religião e futebol não se discutem”? Concorde com ela? Por que não seriam temas discutíveis? Essa afirmação traz consequências para o modo de agir e pensar das pessoas?
- Quanto à corrupção na política, você pensa que “todos” os políticos são corruptos? Por quê? Que dados concretos permitem a você chegar a essa conclusão? Onde você pode buscar informações confiáveis a respeito do trabalho dos políticos eleitos?
- O que motiva e justifica as escolhas das pessoas por um ou outro candidato na época das eleições? Você considera isso importante? Por quê?



A charge ilustra como o eleitorado é convencido (ou se convence).



O homem é um animal naturalmente político

O título acima corresponde a uma frase de Aristóteles. O que você acha que ele quis dizer quando afirmou que o homem é um animal naturalmente político (em grego, idioma do filósofo, se diz *zoon politikon*)? Essa concepção significa que faz parte da essência do homem ser político, que é assim e não pode ser de outra forma?

No primeiro livro de *A política* (a obra completa inclui oito volumes), Aristóteles analisou as características humanas em comparação às dos demais animais, afirmando que a cidade e a convivência comunitária seriam naturais ao homem, isto é, a organização das cidades e o desenvolvimento das civilizações faria parte da sua natureza. Sabe-se que a palavra *política* vem do conceito grego *pólis* (cidade), ou seja, a política é inseparável da vida em comunidade, da vida coletiva.

É bastante polêmico e delicado determinar o que é “da natureza” dos seres humanos, pois, ao naturalizar certas características, é provável que se iniba uma reflexão sobre elas. Ao dizer que algo é natural, assume-se que esse algo não depende da vontade humana. Uma forma inadequada de uso do termo pode ser vista no exemplo a seguir.

Quando algumas pessoas dizem que todos os políticos brasileiros são *naturalmente* corrompidos pelo poder, elas estão afirmando que é da natureza dos políticos serem corruptos e que, portanto, estes não poderiam exercer a política de outra forma. Deve-se entender, então, o que Aristóteles quis dizer com o que é natural:

[...] a natureza de cada coisa é precisamente seu fim. [...] Bastar-se a si mesma é uma meta a que tende toda a produção da natureza e é também o mais perfeito estado.

ARISTÓTELES. *A política*. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 4.

Ou seja, a natureza das coisas seria seu grau máximo de desenvolvimento. Assim, é possível compreender que o indivíduo, por natureza, busca a vida em comunidade, e é a política que pode permitir a ele alcançar seu pleno desenvolvimento, exatamente por ser a procura pelo bem comum.

Segundo a filósofa Marilena Chaui, o ser nasce incompleto e passa sua vida desejando coisas e pessoas para satisfazê-lo. É por isso que ele precisa viver em comunidade e, assim, tornar-se um animal político.

Os dizeres da filósofa permitem ressaltar que, segundo Aristóteles, o fato de o ser humano ser dotado de linguagem torna essa capacidade algo essencial para a configuração do que é considerado político nele, ou seja, o atributo da fala é um elemento fundamental da política, assim como a elaboração das palavras. Foi daí que surgiu o termo *parlamento*, por exemplo: tendo como origem o significado de “falar”, ele passou a designar as assembleias legislativas ou o Congresso, lugares em que as leis são discutidas.

Outra importante contribuição aristotélica ao pensamento político diz respeito à demonstração de que a política não é uma simples continuação da família ou da soma de muitas famílias (aldeias), ainda que tanto a família quanto as aldeias sejam formas primárias de comunidades e se antecipem cronologicamente às cidades. A distinção entre essas formas de associação e a *pólis* se dá pelo modo como se opera o poder. No seio familiar, por exemplo, o pai tem sobre o filho um poder bastante diferente do poder da comunidade política – que é público, definido e regido por leis.

Para Aristóteles, os governos se diferenciariam em relação a quem governa (quem possui poder) e àquilo em que se baseiam para governar. Aristóteles também distinguiu três formas adequadas de governo: monarquia, aristocracia e governo constitucional. Cada uma delas tem sua versão corrompida, que são, respectivamente, a tirania, a oligarquia e a democracia, tal como se pode visualizar no quadro que se segue.

Governo	Governam PARA TODOS (forma virtuosa)	Governam PARA SI (forma corrompida)
Um só governa	Monarquia	Tirania
Alguns governam	Aristocracia	Oligarquia
Todos governam	Governo constitucional	Democracia

Para Aristóteles, o bom governo, correto e justo, seria exercido com vistas ao bem de todos, assim como a corrupção instaura-se na medida em que ele é realizado com o objetivo de alcançar interesses individuais. Segundo o filósofo, o bom governo não só se exerceria com vistas ao bem geral, como se refletiria nele, uma vez que o governante é um modelo para aqueles que ele governa. O oposto também é válido: um governo corrompido corromperá seus governados. O que diferencia, então, um bom governo de um corrompido é o fato de ele ser formado com vistas ao bem comum (para todos) ou quando tem o intuito de favorecer interesses particulares (para si). Daí a crítica de Aristóteles à democracia, que, para ele, é a forma corrompida, quando um grupo governa voltado aos interesses particulares.



Ironia: a desconfiança do eleitorado nos candidatos políticos.

Vale ressaltar que, no período da Antiguidade grega em que Aristóteles viveu, a sociedade foi regida por um sistema democrático. A democracia não era uma forma de governo da qual todos podiam participar. As mulheres, os jovens, os estrangeiros e os escravos estavam excluídos da cidadania. Era uma democracia direta, mas poucos eram aqueles que podiam se envolver. Você também pode retomar a leitura da Unidade 3 do Volume 1, em que se investigou a democracia grega, que era escravista e na qual nem todos eram considerados cidadãos.

Por isso, é preciso levar em consideração essa composição de Estado e o modelo político em que Aristóteles viveu para interpretar adequadamente suas críticas aos modelos políticos analisados em sua obra.

Compreendendo a concepção de Aristóteles do homem como animal naturalmente político e da *pólis* – modelo das antigas cidades gregas, que podem ser entendidas como cidades-Estado, pensadas como o lugar onde era possível realizar a vida ética plenamente –, conclui-se que, para o filósofo, a política seria superior à ética, na medida em que a primeira é que orienta a segunda. A política refere-se ao modo do indivíduo viver em coletividade, construindo conjuntamente a sua felicidade. Assim, a política reflete acerca do que deve ser produzido para o bem de cada um e de todos, enquanto a ética diz respeito à maneira de proceder de cada indivíduo na relação entre sujeitos específicos de dada situação. Ou seja, a ética é uma reflexão particular sobre o procedimento que levará à

felicidade, considerando se esta última será conquistada de forma honesta ou se trará prejuízo a alguém no processo. Com isso, você pode perceber quão unidos estão os temas da ética e da política, sendo a vida ética realizada plenamente na cidade, porque o que é da ordem coletiva potencializa não só o coletivo, mas o individual também.



Refletir a respeito da política é conhecer a comunidade em que se vive e participar ativamente dos destinos dela. E ser apolítico, isto é, não se interessar pela política, o que significa? Atualmente, pode-se pensar que ser apolítico é deixar de lado a alternativa de defender interesses comuns, de alterar uma situação que não se considera boa ou adequada para a vida coletiva. Se se pensar que para Aristóteles a política faz parte da natureza humana, ou seja, daquilo que caracteriza os seres humanos, então, segundo essa lógica, não se importar com a política seria deixar de ser um pouco humano, não é mesmo? Há muitas formas de participação política além do voto: nos sindicatos, nas associações, nas comunidades etc. Agora, reflita: de que forma você participa?



ATIVIDADE 1 O voto

A conquista do sufrágio universal (quando todos podem votar) foi demorada para a democracia brasileira, embora em países como Portugal, Argentina e França isso tenha acontecido até mais tarde do que aqui. No Brasil, somente em 1934, com a aprovação da Constituição, as mulheres adquiriram esse direito.

Ainda que o voto não seja a única forma de participação política, as eleições daqueles que devem representar a população são um momento muito importante.

1 A proposta deste exercício é realizar uma pesquisa para saber como os indivíduos se orientam para votar. Pergunte para algumas pessoas que você conhece em quem votaram nas duas últimas eleições, incluindo todos os cargos eletivos.

Para ajudá-lo, complete o quadro a seguir com as respostas dos entrevistados.

	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3
Presidente			
Governador			
Senador			
Deputado federal			
Deputado estadual			
Prefeito			
Vereador			

2 De posse das respostas de seus entrevistados, responda:

a) A maioria das pessoas entrevistadas lembrou-se dos nomes dos candidatos em quem votou?

b) De que cargos as pessoas mais se lembram? Por quê?

c) Dê sua opinião sobre o resultado de sua pesquisa. Como você interpreta e explica esse resultado?

HORA DA CHECAGEM

Atividade 1 - O voto

1 Respostas de cunho pessoal.

2 O objetivo é que você tenha analisado os critérios que os entrevistados utilizaram para decidir seus candidatos e comentado como você avaliou os procedimentos adotados para a escolha dos diferentes cargos; tente perceber se a família, grupos de amigos ou a mídia influenciaram essas decisões.

Neste tema, o objetivo será entender a perspectiva do filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679) e em que medida o homem pode ser adversário do próprio homem. Hobbes é considerado um dos grandes pensadores modernos da política, tema sobre o qual mais escreveu. Sua obra é assinalada por uma grande materialidade, ou seja, ele partia de princípios concretos, físicos e, em seus próprios termos, corporais para analisar as questões acerca do poder. Para o filósofo, antes de se organizarem em sociedade, os homens viveram no chamado “estado de natureza”. Nesse estado, não há leis para reger as atitudes dos homens, que resolveriam as disputas e conflitos, sobretudo, por meio da violência e da sobreposição do mais forte em relação ao mais fraco; seria o estado de uma guerra de todos contra todos. Pode-se perceber, então, que o filósofo lançou muitas dúvidas a respeito das motivações humanas. Será que seu pessimismo quanto aos homens é válido?



O QUE VOCÊ JÁ SABE?

- Em sua opinião, o que explica que as pessoas tenham atitudes violentas, umas em relação às outras? Por que há pessoas que roubam e que transgridem as leis e as normas sociais?

- Você já ouviu a frase: “O homem é o lobo do próprio homem”? Concorda ou discorda dela? Por quê?



O homem é uma fera governável: o estado de natureza para Hobbes

Para compreender melhor o pensamento de Hobbes, é necessário primeiro analisar com maior detalhe o que ele chamou de “estado de natureza”.

Esse estado caracteriza a situação dos homens antes de instituírem a sociedade, isto é, antes de se organizarem segundo um contrato social, por meio de normas e leis. Como seria o homem antes da introdução de normas e sanções? Essa situação hipotética é utilizada de forma teórica para se referir ao estado do homem antes das estruturas sociais e normativas e, com base nessa premissa, refletir sobre a importância e o processo de formação dessas normas e estruturas sociais.

É importante ressaltar que o estado de natureza, conforme dito, é uma hipótese e que se relaciona com a forma de viver antes que o homem criasse a sociedade. Todavia, o homem fora de determinados modelos de sociedade, por mais que viva em civilização ou mesmo em comunidade, pode ser considerado por alguns em estado de natureza, por não se adequar a certo modelo dominante de sociedade. Deve-se ter atenção para o fato de que esse termo pressupõe a necessidade de um Estado, de um governo centralizado e centralizador, de normas e leis como solução para a barbárie.

Para Hobbes, em estado de natureza, os homens dependeriam da força para sobreviver. Isso quer dizer que o mais forte se impõe sobre os mais fracos, dominando suas posses, suas terras e até sua vida. Nesse estado reina o medo, pois não há garantias de proteção. Mesmo o mais forte pode perder tudo se outro indivíduo, pelo uso da violência, o atacar. Também é importante destacar que as motivações desses homens seriam individuais, ou seja, cada qual agiria segundo seus interesses próprios. Assim, tem-se a descrição do que o filósofo chamou de “guerra de todos contra todos” (em latim, *bellum omnium contra omnes*) ou “o homem, lobo do homem” (em latim, *homo homini lupus*).

O contrato social

Para que a vida se torne segura, a constante ameaça de conflito precisa cessar; daí, apontou Hobbes, a necessidade de um contrato social, ou seja, esse contrato estabeleceria as bases de uma sociedade civil, na qual os indivíduos, por interesses recíprocos, renunciariam à liberdade e à posse, transferindo esses direitos a um terceiro – o soberano, que pode ser uma pessoa (monarquia) ou uma assembleia (aristocracia ou democracia) – que tem o poder de criar e de aplicar leis, garantindo aos homens seus direitos naturais: a vida e a paz, exatamente aqueles elementos desejados que fizeram os homens se tornarem sócios nesse pacto social. Assim, para Hobbes, a sociedade civil resulta de um pacto constituído voluntária e racionalmente, pelo qual os indivíduos abrem mão de sua liberdade e conferem todo o poder a um soberano, que o exerce de modo absolutista. A originalidade de seu pensamento consiste justamente em ter considerado que o indivíduo é favorável ao poder absoluto, ao mesmo tempo que admite o pacto social, isto é, a aceitação de uma liberdade menor. Além disso, para Hobbes, o que move o ser humano não é a busca do bem, mas a satisfação de seus desejos, ainda que à custa de prejuízos para os outros.



Apesar de apresentar homens aparentemente civilizados, essa pintura representa um exemplo de barbárie que, com ressalvas, pode ser interpretada como o brutal estado de natureza. [François Dubois. *O massacre de São Bartolomeu*, c. 1572-1584. Museu Cantonal de Belas Artes, Lausanne, Suíça.]

É por isso que, para Hobbes, a passagem do estado de natureza à sociedade civil seria racional, ou seja, uma decisão voluntária dos homens para garantir sua auto-preservação. Sendo assim, ao transferir a liberdade para o soberano, isso não significa privar-se de liberdade, mas a possibilidade de cumprir as leis estabelecidas a fim de preservar a própria existência:

[...] resignar ao seu direito a todas as coisas, contentando-se, em relação aos outros homens, com a mesma liberdade que aos outros homens permite em relação a si mesmo.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 113.

O Estado, *Leviatã*

Leviatã é o nome do principal livro de Hobbes, publicado em 1651. Nele, o filósofo apresentou sua tese de como o homem sairia do estado de natureza para a sociedade civil por meio de um contrato social. Também nessa obra, o pensador refletiu acerca do conceito de “corpos”. Ele apontou dois tipos de corpos diferentes: os naturais e os artificiais. O primeiro tipo é o corpo de cada ser vivo, seu bem máximo, ou seja, seu maior valor, aquilo que precisa ser conservado acima de tudo. Já o segundo

tipo é o corpo coletivo, que representa o todo social e é, portanto, um corpo artificial, pois é criado, construído. O governo, seja ele uma assembleia ou um monarca, é esse corpo artificial, chamado por Hobbes de Leviatã. Leviatã é a denominação que remete a uma criatura mitológica de grandes proporções, comum no imaginário de marinheiros, e cujo principal objetivo é garantir a preservação da vida.

O soberano é quem recebeu o poder transmitido pelo povo, que por sua vez, a partir desse momento, é chamado de súdito. Para Hobbes, o poder do soberano é absoluto. Sua soberania ilimitada é legítima e necessária, na medida em que os homens instaurariam novamente a guerra caso lhes restasse algo de sua liberdade natural, por menor que fosse. Assim, pode-se concluir que, para Hobbes, os homens precisariam ser governados, a fim de que houvesse chances de sair de uma situação de “cada um por si” – situação que, embora seja de liberdade, carrega consigo o perigo da violência iminente. É por isso que os homens aceitariam transferir sua liberdade, pois todos a transfeririam igualmente, estando sujeitos ao soberano e à mesma condição de súditos.

Hobbes foi um dos poucos filósofos que questionaram a teoria política de Aristóteles. Enquanto Aristóteles afirmava que o homem é um animal político, Hobbes analisava a natureza humana sob uma perspectiva mais desconfiada: “homem, lobo do homem”, que significa que os homens defendem seus interesses colocando-os acima dos interesses dos demais e nutrindo em geral uma profunda indiferença quanto às crenças e convicções do outro. Hobbes era um filósofo cético, ou seja, duvidoso, descrente em relação à bondade e ao altruísmo, considerando a natureza humana racionalmente, sem o emprego da fé ou da esperança.

Assim, as regras de convivência e a elaboração de um contrato social coletivo seriam a única forma de garantia para a vida e para a paz; do contrário, a humanidade tenderia a devorar a si mesma, como feras famintas.

ATIVIDADE 1 Análise e interpretação

Após reler o texto *O homem é uma fera governável: o estado de natureza para Hobbes*, responda às questões.

1 O que significa a famosa afirmação de Hobbes “O homem é o lobo do homem”?

2 Você concorda com as ideias de Hobbes em relação à natureza humana? Por quê?

Neste tema, você vai compreender a desigualdade social da perspectiva dos filósofos Platão e Jean-Jacques Rousseau. Poderá perceber que cada um possuía uma concepção diferente do conceito de república e que cada um comentou as desigualdades que ocorriam nas respectivas sociedades. À luz dessas desigualdades, segundo esses autores, que viveram em diferentes épocas e lugares, você poderá refletir um pouco melhor acerca das desigualdades na sua sociedade, as causas disso, as consequências que afligem a população e que alternativas se apresentam para que as pessoas possam lidar com isso segundo uma postura ética, bem informada e cidadã.

? O QUE VOCÊ JÁ SABE?

O filósofo Platão afirmava que as pessoas poderiam ser classificadas em três categorias, que serviriam para explicar a posição que elas ocupavam na sociedade: a maioria teria alma de bronze (trabalhadores e escravos); outros, alma de prata (guardas); e uns poucos, alma de ouro (aptos para guiar e governar os demais). O que você pensa dessa ideia? De seu ponto de vista, ela pode ou não servir para justificar a desigualdade social? De fato, essa concepção talvez sirva para tomar as desigualdades como naturais.

Se a teoria de Platão aceitava a desigualdade como um aspecto natural da vida em sociedade, para Jean-Jacques Rousseau, ao contrário, ela é um problema social. Pode-se encarar essa desigualdade do seguinte ponto de vista: sim, as pessoas são naturalmente diferentes, o que determina que sempre haverá possibilidades restritas a certos indivíduos e ambientes proibidos a outros. Ou então: não, todos os seres humanos nascem iguais e, portanto, é dever de uma sociedade trabalhar para manter a igualdade de condições.



A fotografia de Tuca Vieira é um famoso retrato da desigualdade social no Brasil. A imagem registra a divisão social das classes, revelando lado a lado a favela de Paraisópolis e um prédio de luxo no bairro do Morumbi, na zona sul da cidade de São Paulo (SP).

Agora, considere o seu contexto social e responda:

- É possível ouvir diferentes explicações para o problema da desigualdade social no Brasil: alguns a consideram uma questão individual, dizendo que cada um é responsável pelo próprio sucesso ou fracasso na vida; outros dizem que certas pessoas nascem para ser ricas, enquanto outras, para ser pobres, ou seja, a desigualdade é determinada pela natureza de cada um; outros, ainda, responsabilizam o destino; outros tantos dizem que ela é fruto de um sistema econômico injusto, que não dá as mesmas oportunidades a todos. E quanto a você? Em sua opinião, como se explica a desigualdade social no Brasil?

- Quando você ouve falar em “desigualdade”, o que vem à sua mente em primeiro lugar?

- Você acredita que uns nascem para ser pobres, enquanto outros, para ser ricos?

- Você considera possível uma sociedade em que não haja desigualdades sociais?



A República e a *Paideia* segundo Platão

Platão utilizou a cidade de *Calipolis*, que, traduzido do grego, significa “cidade bela”, como exemplo ideal de como funcionaria sua concepção de política. A cidade é utópica, ou seja, idealizada, e apresenta o sistema que se passou a conhecer como a República platônica, ou a República de Platão. Nesse ambiente imaginário, Platão oferece outra possibilidade, pois é um crítico da sociedade ateniense (da democracia ateniense).

O principal foco de atenção neste tema, isto é, o aspecto específico que se pretende observar na tese de Platão, é o princípio de que todas as pessoas são diferentes umas das outras e, por isso, devem ocupar funções e locais distintos na sociedade. Esse princípio é muito diferente de como se entende a igualdade na cultura contemporânea, de maneira que hoje a igualdade social é um pressuposto para uma sociedade pretensamente justa e uma meta a ser alcançada, enquanto, no período de Platão, ela não era um objetivo social, ainda que se possa supor que nem todos pensassem assim. A forma pela qual os gregos enxergavam a igualdade social não pressupunha que todos os homens fossem ou deveriam ser iguais perante a lei, o Estado ou sua cultura. Ainda assim, vale a ressalva de que a cidadania era regida pelos princípios de isegoria – o direito de expressar sua opinião – e de isonomia – a igualdade perante a lei. Ou seja, esses fundamentos são válidos entre os pares que são considerados cidadãos.

Os gregos chamavam de *Paideia* o processo de educação, algo muito mais amplo do que a concepção contemporânea de escola, mas que de certo modo cumpre função semelhante. A origem da palavra é grega e sua tradução literal é “criação de crianças”, e diz respeito ao que os antigos gregos entendiam como o processo educacional. É importante ressaltar aqui que o objetivo dessa educação (*Paideia*) era que cada indivíduo pudesse desenvolver plenamente as suas habilidades, inclinações e talentos, ainda que não fosse intenção desse modelo educacional que todas as crianças tivessem as mesmas condições ou aprendessem os mesmos conteúdos. Mais uma vez, estava presente a ideia de que a diferença entre as pessoas não era um problema social nem algo a ser superado.

Para Platão, a igualdade de direitos e deveres perante a lei do Estado é um absurdo, já que os indivíduos não são iguais, cada qual possuindo aptidões, inclinações e capacidades diferentes. Lembre-se de que Platão viveu há mais de 2 mil anos e que a estrutura cultural e social com a qual lidou era radicalmente diferente daquela em que você vive. Na Grécia Antiga, a escravidão era considerada uma atividade natural, aceitável e comum, algo que hoje é intolerável.

Além disso, não se pode perder de vista que vencer a desigualdade social é, ou deveria ser, uma das grandes preocupações das formas de governo do tempo atual.



VOCÊ SABIA?

O conceito de utopia foi utilizado pela primeira vez no livro *Sobre a melhor constituição de uma República e a nova Ilha de Utopia*, do filósofo inglês Thomas Morus (1478-1535). Ele ocupou-se do Direito, tendo sido também um grande humanista do Renascimento, e foi canonizado em 1935. Além disso, desempenhou cargos públicos, sendo, por exemplo, chanceler de Henrique VIII, ou seja, era alguém que se voltava diretamente às questões políticas. Morus fez uma fusão de dois termos gregos: o advérbio *u*, que quer dizer “não”, e o substantivo *topos*, que significa “lugar”. Ou seja, *utopia* é um não lugar, um espaço que só existe no plano das idealizações. Esse conceito, ao longo do tempo, passou a representar de forma mais geral idealização, sonho, vontades utópicas e, em muitos casos, é utilizado para descrever um plano que, de tão bom e perfeito, seria inalcançável. Todavia, utopia não é simplesmente sinônimo de ficção. Trata-se de um convite para imaginar o melhor mundo possível, da ação de idealizar um panorama ideal ou a superação das adversidades.

ATIVIDADE

1 A desigualdade na República platônica

Levando em consideração as informações do texto *A República e a Paideia segundo Platão*, responda às questões.

1 Por que, para Platão, as pessoas devem exercer funções diferentes na cidade ideal? Você concorda com as razões dadas por ele? Justifique sua opinião.

2 Você considera que a posição de Platão favorece ou dificulta a luta pela justiça social nos dias de hoje? Justifique.



Rousseau: uma natureza livre atrás das grades sociais

O filósofo francês Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) abre sua obra mais influente, *Do contrato social e discursos sobre a economia política*, publicada em 1762, com as seguintes palavras:

O homem nasceu livre e em toda parte está a ferros.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social e discursos sobre a economia política*. São Paulo: Hemus, 1981, p. 17.

Ou seja, para Rousseau, o homem nasce livre, mas por toda parte está acorrentado, preso. O pensador partiu do princípio de que todo homem é naturalmente livre e bom, e a liberdade não precisa ser conquistada pelo estabelecimento de leis e de fundamentos sociais. Ao contrário, muitas vezes é justamente isso que tolhe a liberdade do ser humano. No entanto, se a proposta deste texto é debater as leis e os fundamentos sociais por meio da obra de Rousseau, então é necessário que também se compreenda seu contexto histórico, em que momento viveu e produziu.

Rousseau viveu e produziu na França durante o que se chama de Iluminismo (final do século XVIII), estando entre os principais pensadores que marcaram esse período. Sua obra, e toda a produção iluminista, visava estimular o pensamento racional, questionando os fundamentos do Antigo Regime, entre os quais estavam principalmente os dogmas da Igreja e o absolutismo monárquico, bem como incentivar o saber, a liberdade e a igualdade. Muitos dos filósofos iluministas foram considerados críticos e agitadores, indivíduos a favor de uma expressiva reforma social, além de questionadores do *status quo*, ou seja, do estado de coisas, da maneira como o poder estava distribuído e, sobretudo, concentrado.

Segundo Rousseau, o homem em estado de natureza, isto é, antes da instituição da sociedade, seria o “bom selvagem”, gentil e propenso ao coletivismo e à harmonia com seu meio. Então, segundo sua teoria, o homem nasce predisposto à empatia e a uma atitude virtuosa, mas, à medida que caminha para o estado de sociedade, passa a se perceber diferente do seu meio ambiente e dos demais seres vivos, incluindo o próprio semelhante. Ou seja, é a própria sociedade que corrompe a virtude e conduz o ser humano aos vícios, à injustiça e à desigualdade.

Porém, se todos os homens nascem livres e bons, de onde vem esse “contágio” com a corrupção? Decerto da própria civilização, diria Rousseau. Mas que aspecto da civilização? Para o filósofo, esse “mal civilizatório” teria se originado na primeira vez em que um homem demarcou um território, chamando-o de seu, e estipulou suas leis para serem impostas sobre os que ali adentrassem. A propriedade privada seria a semente de todos os males sociais. Com a demarcação de território, e exclusivamente

para protegê-lo, teria surgido a necessidade de um sistema de leis. Para Rousseau, essa estruturação social geraria uma lacuna, um distanciamento entre o indivíduo e suas virtudes naturais, impondo leis injustas, inventadas para atender aos interesses dos mais abastados, e estabelecendo um sistema cujo objetivo primário é proteger a propriedade dos ricos, em vez de atender às necessidades dos pobres.

As ideias de Rousseau foram de imensa importância para os integrantes da Revolução Francesa, também conhecida como Revolução Burguesa de 1789. Suas ideias, bem como as de outros iluministas – como Montesquieu (1689-1755), Denis Diderot (1713-1784), Voltaire (1694-1778), Jean le Rond d’Alembert (1717-1783), Immanuel Kant (1724-1804) –, nortearam lutas e também contribuíram para a construção de um Estado democrático que previsse uma série de problemas e buscasse minimizar as contradições, sobretudo a desigualdade, entre os homens. Afinal, foi a premissa apresentada em sua obra *Do contrato social e discursos sobre a economia política* que afirmou que o homem nasce livre, mas que, independentemente de para onde vai, está sempre acorrentado. Essa ideia foi considerada uma convocação para a Revolução Francesa, auxiliando os iluministas a conceber uma sociedade civil alternativa, não governada por uma monarquia absolutista ou uma oligarquia aristocrática, como era até então, mas na qual todos os indivíduos fossem cidadãos, com direito a participação na vida política e nos rumos sociais.

De fato, muitas mudanças e conquistas aconteceram. Todavia, a sociedade decorrente daquelas transformações ainda estaria longe de garantir justiça e igualdade totais e abrangentes para todos, mesmo para os então cidadãos participativos. E, nesse contexto, é possível dizer, com alguma generalização, que a sociedade resultante daquelas transformações foi a capitalista, que, se por um lado superou entraves e problemas do antigo regime feudal, por outro instaurou novas classes sociais – burguesia e proletariado – e novas formas de desigualdades.

A ampliação dos direitos e a efetivação de sua garantia só ocorrem por meio da luta política constante, um permanente estado de participação social manifestada no cotidiano, e não somente na eleição de representantes.



ASSISTA!

Filosofia – Volume 2

Hobbes e Rousseau: a sociedade em debate

O vídeo mostra um debate imaginário entre os pensadores Thomas Hobbes e Jean-Jacques Rousseau, apresentando seus diferentes posicionamentos quanto à vida em sociedade. De maneira lúdica, você poderá compreender os princípios que orientam o pensamento de cada um e os argumentos que utilizam para justificar os pactos sociais necessários para viver coletivamente.

ATIVIDADE

2

A natureza humana e a desigualdade entre os homens

Levando em consideração o que você aprendeu sobre as teorias de Hobbes e de Rousseau, responda às questões.

1 É possível afirmar que Hobbes e Rousseau concordam no que diz respeito à natureza humana? Explique.

2 Para Rousseau, qual a origem da desigualdade entre os homens?

HORA DA CHECAGEM

Atividade 1 - A desigualdade na República platônica

1 Você pode ter comentado que, segundo Platão, as pessoas possuem naturezas distintas, e essas diferenças interferem diretamente nas capacidades e inclinações de cada um. Para Platão, o projeto de cidade ideal deveria levar em conta essas diferenças, e não partir do pressuposto de que elas não existem.

2 Resposta de cunho pessoal. Espera-se que você tenha entendido que um princípio como o defendido por Platão talvez dificultasse a justiça social nos dias atuais. Platão defendia a ideia de desigualdade social, ao afirmar que a pobreza e a miséria podiam ser o destino dos nascidos com uma “inclinação” ou “vocação” para tal.

Atividade 2 - A natureza humana e a desigualdade entre os homens

1 Hobbes e Rousseau tinham pontos de vista diferentes. Para Hobbes, o homem seria naturalmente violento, enquanto, para Rousseau, ele seria naturalmente bom. O primeiro defendia a natureza humana como capaz dos mais terríveis atos para a sobrevivência, tese resumida na já estudada frase “homem, lobo do homem”. O segundo afirmava que o ser humano tem uma natureza harmônica que se corrompe a partir do estabelecimento da propriedade privada e da sociedade civil.

2 Você pode ter apontado que, para Rousseau, a propriedade privada é a semente de todos os males sociais e, por isso, origem das desigualdades, é um dos elementos que precisam ser regulados pelo Estado.

TEMAS

1. Os poderes e as leis
2. Modos de produção capitalista e socialista

Introdução

Até este momento, você trilhou um caminho pela ética, passando pela cidadania, e agora vai investigar a formação das leis. É importante que você entenda que está entrando no terreno da Filosofia Política, área da Filosofia que se ocupa da política e das relações humanas consideradas em seu sentido coletivo.

Esta Unidade se restringirá, no entanto, a discutir a realização da política através do Estado, considerando que é possível articular aquilo que alguns filósofos pensaram acerca da legitimação e justificação do Estado e do governo com o Estado que existe hoje, especialmente com o brasileiro. Os objetivos serão, portanto, entender o que significa o conceito de “Estado” e de que forma ele afeta a sua vida no que diz respeito aos serviços públicos, como educação, saúde e transporte, e observar sua estrutura interna, bem como as forças que operam no seu entorno, como os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Para isso, no Tema 1, você conhecerá as origens dos três poderes, seus modos de funcionamento e de orientação dos comportamentos humanos, por meio das leis, e, no Tema 2, verá os modos de produção socialista e capitalista e como cada um deles impacta no funcionamento do Estado e nas maneiras de ser e de conviver das pessoas.



TEMA 1 Os poderes e as leis

Na Unidade 2, você refletiu acerca da Revolução Francesa, momento que teve como consequência a derrubada do Antigo Regime e do absolutismo monárquico.

Ainda que existam diferenças nos modelos políticos, é possível afirmar que o projeto democrático se consolidou no mundo ocidental pelo processo desencadeado por essa revolução, em 1789, passando por diversos processos de transformação até se tornar o sistema político atual. Pode-se compreender por mundo ocidental a cultura que tem seu berço na Grécia do século VII, influenciado pela institucionalização da Igreja Católica e, finalmente, pelos ideais de democracia e justiça da Revolução Francesa.

É comum se referir ao Estado ou ao governo usando a palavra “máquina”. Você já deve ter ouvido esse termo em frases como “a grande *máquina* do Estado” ou “isso é coisa do *sistema*”. Essa última palavra também tem sido usada, cotidianamente, em referência ao funcionamento do Estado. O objetivo deste tema é analisar essa “máquina”, para entender como funcionam suas engrenagens e compreender o funcionamento estrutural do que algumas pessoas chamam de “sistema”.

Para isso, será investigado o conceito de poder e como ele se manifesta, não somente como atribuições de deveres e funções públicas, mas também, como ele ocorre na vida de todos. Serão diferenciados os sentidos de poder dentro do Estado de governo e aquele poder de ação política, visando identificar e reconhecer suas manifestações em conjunto ou separadamente.

RELAÇÃO DE PODERES NO BRASIL



Sátira às respectivas funções daqueles que exercem o poder no Brasil, enfatizando a ideia de um quarto poder exercido por criminosos que se consideram acima da lei.

? O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Leia os tópicos a seguir e, ao final, anote suas reflexões acerca das questões levantadas.

- Você se lembra dos três poderes que regem o Estado? São os poderes Judiciário, Legislativo e Executivo. Você sabe o que compete a cada um deles?
- Em 2006, entrou em vigor a lei conhecida como “Maria da Penha” (Lei federal nº 11.340/2006), que tem como objetivo proteger as mulheres da violência doméstica e familiar. Perceba que a lei é uma concretização da luta do movimento das

mulheres por uma legislação que as protegesse e que combatesse a impunidade de agentes violentos. O que você pensa sobre isso? A lei encontra apoio da maior parte dos cidadãos?

• Você estuda em uma escola pública. Tem, portanto, contato direto com uma instituição educacional pública. Em relação ao transporte, você pode ter um carro ou se locomover com o transporte público. Você acha que existem diferenças entre as instituições ou serviços públicos e privados? Qual a relação disso com o poder do Estado?



Montesquieu e a teoria dos três poderes: uma solução para o despotismo?

Entre os filósofos iluministas cujas ideias contribuíram para a Revolução Francesa, Montesquieu teve grande importância, pois foi ele quem, baseando-se nas obras de Aristóteles e John Locke (1632-1704), fundamentou os alicerces ideológicos do governo liberal burguês e do tipo de democracia por ele desenvolvido. Essa forma de governo baseia-se na ideia de que o Estado deve intervir o mínimo possível nas relações econômicas (daí o nome “liberal”).

Nascido na França, exatamente um século antes da Revolução Francesa, Montesquieu era de família nobre, tendo passado a infância e a maior parte da vida em castelos luxuosos e em ambientes ricamente abastados. Contudo, isso não o impediu de formular críticas e teorias para uma organização mais justa da sociedade, na qual os poderes se distribuíssem melhor entre as camadas e classes sociais. Isso porque, de um lado, havia uma insatisfação por parte do filósofo em relação ao poder absoluto dos monarcas absolutistas, que poderiam se tornar déspotas, como se explicará adiante. De outro lado, Montesquieu era um pensador do Iluminismo e, portanto, acreditava na razão e no livre pensamento como caminho possível para chegar à igualdade.

Não seria exagero afirmar que a maior preocupação de Montesquieu era estabelecer uma estrutura política que impedisse formas de despotismo. Despotismo é o modo de governo no qual todo o poder se concentra de forma ilimitada nas mãos do mesmo governante, chamado de déspota.

Em sua obra-prima, o livro *O espírito das leis* (1748), Montesquieu analisa que o que propicia ao tirano (pessoa que detém um poder ilimitado), ou déspota, atuar com autoritarismo e violência é o fato de ele acumular todo o poder do Estado em suas mãos. Cabe a ele, e só a ele, criar as leis, mandar executá-las, julgar casos de desobediência, estabelecer sentenças etc. Essa era uma característica comum aos governos monárquicos de sua época. No entanto, nem todo monarca seria um déspota, mas o acúmulo de poderes seria um ambiente propício para que essa forma de governo se instaurasse. Com isso, não se pode afirmar que Montesquieu propunha uma revolução na maneira de governar. Para ele, a monarquia poderia ser diferente e os monarcas deveriam se educar a fim de que pudessem assegurar os direitos e a liberdade dos cidadãos.

Montesquieu, no livro XI da obra citada, propôs um “sistema de freios e contrapesos”, ou seja, um mecanismo que impedisse esse acúmulo de poderes. Sua tese afirma que é necessário que o poder seja freio para o próprio poder. De sua perspectiva, a forma mais eficiente de garantir isso é pela divisão do poder em três, de modo que não fosse o mesmo indivíduo a exercer todos eles, ainda que, cada um, individualmente, colabore para fiscalizar o outro, numa espécie de ciranda de autorregulamentação ética. Assim, o poder foi dividido em:

- poder Legislativo, responsável por formular as leis;
- poder Judiciário, responsável por aplicar as leis;
- poder Executivo, responsável por executar as leis formuladas e aplicadas.

Em outras palavras, o Legislativo é aquele que elabora as leis do Estado. O Judiciário é o poder que lida com as questões referentes à justiça. O Executivo, constituído pelos prefeitos, governadores e presidente, tem função administrativa, trabalhando com a execução das leis e a promoção dos serviços públicos.

A ideia apresentada na teoria dos três poderes e defendida por Montesquieu foi investigada inicialmente por John Locke. Montesquieu tratou de desenvolvê-la, ampliando sua abrangência e descrevendo de forma mais detalhada como seria sua aplicação.

É preciso lembrar que o pensador não viveu para ver essa ideia implantada efetivamente, uma vez que sua morte ocorreu em 1755, mais de três décadas antes da Revolução Francesa (1789). Mesmo assim, sua obra influenciou diretamente essa implantação e sua teoria dos três poderes permanece vigente até os dias de hoje.

Segundo Montesquieu, cada um dos três poderes deve ser autônomo, ou seja, deve funcionar de forma independente. Entretanto, esses poderes autônomos precisam ser regulados uns pelos outros, estabelecendo uma relação de

autonomia e equilíbrio mútuo. Essa divisão foi proposta originalmente na *Declaração dos direitos do homem e do cidadão* francesa (artigo 16º). Ela também está prevista no artigo 2º da Constituição brasileira.

ATIVIDADE**1****O pensamento de Montesquieu: o despotismo e a teoria dos três poderes**

1 O que é despotismo e como ele se manifesta na sociedade?

2 Qual a proposta de Montesquieu para impedir que o despotismo ocorra? Explique com suas palavras.

3 Como você avalia a estratégia proposta por Montesquieu? Acha que ela funciona? Justifique sua resposta. Caso sua resposta seja negativa, que ação poderia ser tomada para evitar que o poder fique concentrado nas mãos de uma única pessoa ou de um grupo pequeno de pessoas?

**Estado versus governo**

Estado, do latim *status*, significa um modo de estar, podendo ser entendido também como organização e como ocupação de lugares ou posições. O filósofo Nicolau Maquiavel (1469-1527) foi um dos muitos pensadores a utilizar a palavra *Estado* em seus escritos. No primeiro capítulo de sua obra *O príncipe* (escrita em 1513, mas publicada apenas em 1532), o filósofo afirma que:

Todos os Estados, todos os domínios que imperaram e imperam sobre os homens, foram e são repúblicas ou principados.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Tradução: Edson Bini. 18. ed. Curitiba: Hemus, 2002, p. 46.

Pode-se compreender como Estado a estrutura na qual um governo se constrói, em determinada época e lugar. Essa estrutura pode servir para explicar como se organizam as classes sociais, suas relações umas com as outras, o sistema de governo e a organização política, por exemplo. O governo, por outro lado, indica a vigência desse Estado, ou seja, quem o está operando nessa época e lugar.

Já houve muitos tipos de Estado, desde os despóticos até os democráticos. A fim de identificar e diferenciar suas manifestações na história, é necessário recorrer a algumas definições.

É possível distinguir três concepções fundamentais de Estado. A primeira é a organicista, dada pelos filósofos gregos antigos, segundo a qual o Estado seria independente dos indivíduos e anterior a eles. Segundo Platão, o Estado se assemelharia aos homens, daí o termo *organicista*, pois ele é comparado a um organismo vivo. A estrutura do Estado é semelhante à dos homens, porém mais evidente em relação às partes que o compõem e suas funções e, desse modo, superior aos homens. Aristóteles, por seu turno, afirmava que o Estado existe por natureza, sendo anterior aos indivíduos, considerando o indivíduo dependente do Estado, dado que este não é autônomo e necessita viver em comunidade.

A segunda concepção denomina-se contratualista e, segundo Maquiavel, seria aquela em que o Estado é considerado criação dos indivíduos. O filósofo romano Cícero (106-43 a.C.) já afirmava que o Estado era assunto do povo, sendo este mais do que um aglomerado qualquer de homens reunidos, e sim uma reunião de pessoas associadas por acordo, segundo princípios de justiça e por união de interesses. Na mesma concepção, ainda se pode mencionar a perspectiva de Rousseau, que via o Estado como instância dotada de poderes que os indivíduos lhe conferiram mediante pactos e convenções. Segundo o filósofo, o homem nasce bom, mas é corrompido pela sociedade. Diante dessa chance de corrupção, o contrato social entre os indivíduos seria uma maneira de criar uma sociedade que, seguindo os combinados coletivos, poderia organizar o Estado.

Era **vigente** na Europa, por exemplo, durante a época de Maquiavel, o absolutismo monárquico, cujo governo era hereditário, ou seja, passado de pai para filho, e tinha a Igreja como aliada. Essa forma de governo e de Estado, alguns séculos depois (durante o século XVIII), seria chamada de Antigo Regime, que se refere, de modo resumido, à situação na qual, no campo político, há uma forte relação entre a monarquia e a Igreja. No campo social, a divisão entre nobreza, clero e plebe e entre esses **estamentos** praticamente não admitia mobilidade social (passagem de uma camada social para outra), e, no campo econômico, o Estado intervinha diretamente na economia.



Glossário

Vigente

Em exercício, que ocorre atualmente, em vigor.

Estamento

Divisão social por meio de camadas mais fechadas do que classes, nas quais as pessoas assumem papéis e funções de acordo com o grupo social ao qual pertencem.

A denominação “Antigo” indica justamente a percepção de que esse sistema estava **obsoleto**, ou seja, de que aquele (antigo) regime não era mais adequado para o povo nem representava seus interesses. O Antigo Regime foi duramente combatido por movimentos revolucionários liberais burgueses durante os séculos XVIII e XIX na Inglaterra, França e outras nações do mundo ocidental.



Obsoleto

Fora de uso, ultrapassado, inadequado ao seu tempo, anacrônico.

A partir daí, foi possível a existência de algumas repúblicas democráticas, alguns Estados com outro tipo de estrutura organizacional, desvinculados da religião ou de linhas de sucessão, cada qual com seu governo. No entanto, é preciso evitar generalizações precipitadas, pois nem todos os Estados se tornaram repúblicas democráticas e, entre os que o fizeram, esse processo não ocorreu ao mesmo tempo. Pode-se citar como exemplo a formação dos Estados Unidos, que se declararam independentes da Inglaterra em 1776, inspirados nos ideais revolucionários iluministas.

Todavia, um Estado republicano ou democrático não está isento de ser destituído se um governante autoritário, despótico ou, até mesmo, fascista chegar a assumir o poder. Há muitos momentos na História em que representantes populares foram eleitos democraticamente, mas, uma vez no poder, transformaram-se em ditadores, tornando o Estado, antes democrático, totalitário. Assim, deve-se ressaltar que não há limite legal ou constitucional à autoridade de governantes despóticos, totalitários ou fascistas, uma vez que, ao assumirem o governo, suas primeiras medidas podem ser exatamente eliminar os mecanismos que limitam o exercício do seu poder. Como exemplo, é possível citar a ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945) e a ditadura civil-militar que se instaurou após o golpe de 1964, no Brasil. Em âmbito mundial, houve os totalitarismos italiano e alemão, durante a 2ª Guerra Mundial, entre outros.

ATIVIDADE

2 Os déspotas

Despotismo ou tirania é uma forma muito antiga de governo que se realiza pela violência e pelo medo. Uma vez instalado o despotismo, o governante não encontra freios ou obstáculos para seu poder, dando-se o direito de exercê-lo em prazo vitalício (isto é, sem fim determinado) e acima de quaisquer determinações previamente estabelecidas na Constituição ou em outros documentos legais. O déspota não respeita as leis, visto que pode alterá-las e criá-las de acordo com sua intenção. Ao longo da História, reis, imperadores e presidentes já assumiram tal

posição, e tal forma de governo também é abordada pelos conceitos de “ditadura” ou “totalitarismo”. Baseando-se nessa descrição, levante e comente algumas características que compõem um governo despótico. Dê exemplos.



PARA SABER MAIS



Os três poderes no Brasil

No Brasil, os três poderes se organizam da seguinte forma:

- O Poder Executivo: sua função é ser responsável pela administração da República. Seus representantes são: prefeito (em âmbito municipal); governador (em âmbito estadual); presidente (em âmbito federal).
- O Poder Legislativo: sua função é elaborar e aprovar as leis que determinam a funcionalidade do Estado. É representado pela Câmara dos Parlamentares, e os vereadores, deputados estaduais e federais são aqueles que votam e deliberam a aprovação das leis, respeitando as instâncias municipais, estaduais e federais, respectivamente. Já o Senado funciona como uma espécie de “conselho” supremo do Estado. É possível afirmar que cabe aos senadores “zelar” pela República. É função do Senado, por exemplo, processar e julgar a presidência, os ministros e os comandantes das Forças Armadas e fiscalizar as contas e os gastos públicos, entre outras atividades.
- O Poder Judiciário: sua função é julgar, aplicar a lei em casos objetivos, fazê-la ser cumprida e fiscalizar os demais poderes. Sua representação máxima é a figura do juiz, mas há muitas subdivisões no Poder Judiciário, de forma que existem outros fiscais de diversos cargos que transitam em áreas como a federal, a trabalhista, a penal, a eleitoral etc.



FICA A DICA!

Para conhecer todas as atribuições dos senadores, você pode consultar o artigo 52 da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 17 out. 2014.

**MOMENTO
CIDADANIA****Como as leis se tornam leis?**

Você sabe qual é o caminho para que um projeto de lei se torne uma lei ou para que uma lei possa ser modificada?

Antes que uma lei exista, é preciso que seja feito um projeto de lei. Esse projeto poderá ser proposto por diferentes personagens que atuam na política: por um deputado ou senador, por comissões da Câmara ou do Senado, pelo presidente da República, pelo Poder Judiciário, pelo procurador-geral da República ou por iniciativa popular. Depois de proposto conforme os procedimentos adequados, é preciso que seja votado. Apenas depois de votada é que uma lei pode ser aprovada e passar a vigorar. Para que ela seja aprovada, é fundamental que a sociedade se mobilize, escolhendo bem aqueles que a representarão em situações de apresentação e voto dos projetos de lei, ou seja, vereadores, deputados estaduais, federais e senadores. Finalmente, não se pode deixar de considerar o interesse dos parlamentares e dos partidos políticos, pois são eles que efetivamente podem propor mudanças.

Na instância federal, por exemplo, para que as leis possam existir, há comissões técnicas que avaliam os projetos de lei. Cada projeto tem um relator, responsável por dar um parecer sobre o projeto – o que quer dizer que ele pode sugerir mudanças, além de aprovar ou rejeitar o conteúdo. Qualquer projeto deve passar pela Comissão de Constituição e Justiça que avalia se ele está de acordo com a Constituição Federal. Alguns projetos são aprovados nas próprias comissões, outros seguem para análise do plenário, ou seja, são votados. Depois de aprovado pela Câmara, o projeto segue para o Senado. Por fim, deve ser sancionado pelo presidente, que também pode vetá-lo, seja em partes (isto é, modificando ou excluindo partes com as quais não concorda), seja no todo (ou seja, recusando que a nova lei entre em vigor). Nesse caso, o veto presidencial precisa ser confirmado pelos parlamentares em votação secreta. Assim, tem-se um equilíbrio entre os poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.

**FICA A DICA!**

Se você tiver acesso à internet, assista aos vídeos da série *Processo legislativo*, da TV Câmara (2012). São todos curtos e muito elucidativos. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/>>. Acesso em: 27 ago. 2014. Após acessar a página, digite “processo legislativo” no campo “Buscar” e, em seguida, baixe os vídeos para ver em seu computador.

Até aqui, você estudou a organização do Estado pensando no modo como foi distribuído o poder. Agora, verá como esse Estado se sustenta por meio dos modos de produção. Para isso, serão considerados neste tema os dois principais modos de produção existentes hoje: o capitalista e o socialista, ambos sustentados por concepções diferentes de trabalho.

Do ponto de vista filosófico, interessa compreender as diversas maneiras de explicar e compreender o mundo e a realidade que esses dois modos de produção propiciam e como ambos interferem nos âmbitos político, social e econômico, o que talvez, inclusive, seja determinante para as possíveis formas de governo.



Uma das características do capitalismo é o estímulo ao consumismo. A charge ironiza as análises econômicas contemporâneas, que atribuem ao consumismo exagerado o motivo de uma crise.

? O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Toda sociedade precisa organizar a produção dos bens necessários à sobrevivência de seus membros. Essa forma de distribuir a produção é chamada de “modo de produção”. Alguns países organizam sua produção pelo modo capitalista; outros, pelo modo socialista. Em sua opinião, qual a diferença entre eles? Pense em pelo menos três características de cada um deles que você conheça ou das quais já tenha ouvido falar.



O que é modo de produção?

O modo de produção capitalista segundo Karl Marx

A partir do século XVIII, com o desenvolvimento do capitalismo e a ascensão da burguesia, a sociedade passou a ser alvo particular de pesquisas e investigações. Karl Marx (1818-1883) foi um filósofo que, no século XIX, se dedicou a estudar e a interpretar as condições materiais (econômicas) de existência na formação das sociedades, analisando as bases da produção capitalista.

Segundo Marx, a produção de bens resulta em relações que os homens estabelecem entre si no processo de produção. Essas relações podem ser de propriedade ou de não propriedade dos meios de produção.

Conforme será mostrado a seguir, Marx descreveu essa relação como luta de classes, pois os proprietários dos meios de produção (donos da matéria-prima e dos instrumentos de produção) exploram o trabalho daqueles que não têm outra posse a não ser justamente a sua força de trabalho.

O modo de produção é a maneira pela qual a sociedade produz, utiliza e distribui seus bens e serviços. Para que bens e serviços sejam produzidos, são necessários:

- Trabalho:

Atividade cujo fim é utilizar as coisas naturais ou modificar o ambiente e satisfazer às necessidades humanas. [...] [trata-se da] *dependência* do homem em relação à natureza [...]. Segundo Marx, os homens começaram a distinguir-se dos animais quando “começaram a *produzir* seus próprios meios de subsistência, progresso este condicionado pela organização física humana. Produzindo seus meios de subsistência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material” [...].

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012, p. 964-965.

- Matéria-prima: componente inicial do que se transformará no produto final. Imagine, por exemplo, uma linha de produção de pão francês, em uma grande padaria ou em um hipermercado. Os ingredientes (trigo, fermento, sal, açúcar e água) são a matéria-prima, e o pão feito, o produto final.
- Instrumentos de produção: todo objeto utilizado na transformação da matéria-prima em produto final. Ainda tendo em mente a feitura do pãozinho, o rolo de amassar e o forno são os instrumentos de produção, são as ferramentas utilizadas para transformar os elementos básicos (matéria-prima: trigo, fermento, sal, açúcar e água) em pão (o produto final).

O conjunto formado pela matéria-prima e pelos instrumentos recebe o nome de “meios de produção”. Já à soma dos três elementos – força de trabalho, matéria-prima e instrumentos – dá-se o nome de “forças produtivas”.

O que determina um modo de produção são as forças produtivas e as relações de produção. A força produtiva é a energia física e mental empreendida pelo trabalhador no processo produtivo. As relações de produção são aquelas estabelecidas entre o trabalhador e os proprietários dos meios de produção.

Essas relações podem ser de propriedade e de não propriedade. No caso do capitalismo e do socialismo, a diferença fundamental está na propriedade privada ou social dos meios de produção. Para ficar mais claro, no modelo capitalista de propriedade privada, os indivíduos acumulam bens e patrimônios que são exclusivamente seus e de suas famílias. Contudo, conquistá-los e mantê-los, pagando tributos ao Estado, depende de cada um, nas relações com outras forças produtivas. Por exemplo, um empregado de uma indústria automobilística vende sua força de trabalho para o seu patrão, que o remunera pelos serviços realizados. Essa remuneração é que pode (ou não) se reverter em bens de consumo e patrimônios.

No caso da propriedade coletiva, no modelo socialista proposto por Marx, indústrias, bancos e terras, por exemplo, são propriedade de todos; portanto, todas as pessoas podem usufruir deles. Em resumo, o que cada um produz é de todos, sendo que os bens, serviços e riquezas são administrados pelo Estado.

Essas diferenças podem ser sintetizadas no quadro a seguir.

Capitalismo (modo de produção vigente nos dias atuais)	Socialismo (como proposto por Marx e Engels)
Terras, bancos e indústrias são propriedade privada.	Indústrias, bancos e terras pertencem à coletividade.
A economia é determinada pelo alto empresariado.	Decisões econômicas são tomadas democraticamente pelos trabalhadores, tendo como horizonte o bem comum.
Estímulo à concorrência e ao consumo, para gerar sempre mais eficiência, com vistas ao lucro e ao acúmulo de riquezas.	Tudo é produzido por quem consome, por isso a qualidade dos bens e serviços é importante para todos.
Há grandes desigualdades sociais, e as elites gozam de privilégios e melhores serviços.	Não há elite, de modo que as desigualdades sociais são pequenas.
Ajusta-se tanto em democracias quanto em formas de governo autoritárias.	Ampla liberdade e democracia para os trabalhadores.

Marx, ao estudar o capitalismo, destacou que, ao longo da História, tanto as forças produtivas como as relações de produção se modificam, sendo as primeiras mais facilmente alteradas do que as segundas. Isso quer dizer que as inovações, advindas de novas descobertas, são incorporadas aos instrumentos de produção (como ocorre atualmente com a incorporação de tecnologia avançada da microeletrônica e da informática nos processos produtivos), mas as relações entre os indivíduos envolvidos nesse processo produtivo continuam sendo desiguais.

São seis os principais modos de produção verificados ao longo da História: comunal, escravista, asiático, feudal, capitalista e socialista. Você estudará com maior profundidade os dois últimos, o capitalista por ser o atual modo de produção no Brasil e em grande parte do mundo, e o socialista porque é o modo que se apresentou como possível superação das contradições próprias ao sistema capitalista, como as desigualdades advindas da divisão do trabalho e da propriedade privada dos meios de produção.

Outros modos de produção

Modo de produção comunal

No modo de produção comunal, o trabalho é cooperativo. A terra é o principal meio de produção, os frutos do trabalho são coletivos e as relações de produção baseiam-se em laços de solidariedade. Não existe a ideia de propriedade privada dos meios de produção; portanto, não há dono da matéria-prima e/ou dos instrumentos de produção. Essa caracterização permite inferir que não há a necessidade de mecanismos de controle e sanção por parte de um Estado, ou seja, a própria existência de um Estado é desnecessária. Esse modo de produção caracteriza as primeiras formas de organização humana. Como exemplo, é possível citar as primeiras sociedades quando o homem deixou de ser caçador e coletor e passou a cultivar. Atualmente, algumas sociedades indígenas ainda funcionam assim, bem como certas comunidades descritas como alternativas.

Modo de produção escravista

No modo de produção escravista, os meios de produção pertencem a um senhor, o mesmo que é dono dos produtos do trabalho. O trabalhador escravo é tido como um instrumento da produção e também é propriedade do senhor, que exerce um rígido controle sobre suas posses. É necessária, então, uma forma de

Estado que garanta os interesses desse grupo dominante, o dos senhores donos de escravos, e que regule essa forma desigual de ordem social. Esse modo de produção foi predominante na Antiguidade, em civilizações como a grega e a romana. Também existiu de forma maciça nas colônias na América, dominadas por metrópoles europeias, especialmente Espanha, Inglaterra e Portugal.

Pensando na realidade brasileira contemporânea, podem-se citar as inúmeras denúncias de trabalho em condições análogas ou parecidas à escravidão em algumas regiões do País. São vários os exemplos de exploração do trabalho de imigrantes que chegam ao Brasil fugindo da pobreza e do desemprego em seus países de origem para trabalhar na indústria têxtil, como tem sido recentemente o caso dos bolivianos. As condições precárias em que são mantidos e os baixos salários tornam esse trabalho análogo à escravidão, uma vez que não podem pagar por moradia e alimentação nem ter acesso aos serviços de saúde e educação pelo fato de não possuírem documentos, aceitando as condições que lhes são impostas.

Modo de produção asiático

No modo de produção asiático, os meios de produção e a força de trabalho pertenciam ao Estado, que se concretizava na figura de um imperador, associado a poderes divinos. Esse modo de produção caracterizou sociedades como as da Índia, do Egito e pré-colombianas na América (incas, maias e astecas). Eram sociedades fechadas, subordinadas a um Estado forte com uma burocracia eficiente que controlava a produção, privilegiando grupos de sacerdotes, nobres e guerreiros, que gozavam do que era produzido sem ter participado do processo de produção, o que explica a necessidade de um Estado controlador.

Modo de produção feudal

No modo de produção feudal, a terra era propriedade privada e pertencia a um senhor (chamado senhor feudal). O trabalho agrícola era realizado pelos servos, que usufruíam da terra para produzir, estando submetidos a um regime de impostos. Os servos eram ligados à terra, não sendo propriedade do senhor, embora estivessem em uma condição de inferioridade. Os senhores feudais atuavam como administradores, governantes e juízes de suas terras, caracterizando a descentralização do poder. Esse modo de produção foi predominante na Europa entre os séculos VIII e XVI, estendendo-se até o século XIX, quando foi, aos poucos, substituído pelo capitalismo.

Tendo analisado panoramicamente os modos de produção comunal, escravista, asiático e feudal, é possível compreender a conclusão de Marx, que afirma que as condições materiais (econômicas) de existência são importantíssimas para a formação das sociedades. Para esse filósofo, a condição material é a base sobre a qual se assentará a vida social, a política, a cultura. Assim, se o modo de produção é escravista, a sociedade se organiza social e politicamente em torno dessa maneira de produzir, sendo do tipo escravocrata.



VOCÊ SABIA?

Bens são todas as coisas materiais colhidas da natureza ou produzidas para satisfazer necessidades humanas, como alimentos, produtos, eletrodomésticos (são objetos materiais). Já os serviços são atividades econômicas que não estão relacionadas diretamente à produção de bens, como pagamentos, consultas, análises, perícia investigativa, atividades de manutenção, administração burocrática etc. Esses exemplos referem-se a serviços não materiais, mas que, para ser executados, dependem da força de trabalho de alguém.



PARA SABER MAIS



Capitalismo, luta de classes e liberdade

As relações de produção no capitalismo se dão entre dois protagonistas: de um lado, a classe capitalista, formada pelos proprietários dos meios de produção, e, do outro, a classe proletária – proletariado ou classe trabalhadora –, formada por aqueles que não possuem meios de produção, mas apenas a própria mão de obra, isto é, sua força de trabalho, que vendem aos capitalistas em troca de um salário. Os proprietários dos meios de produção apropriam-se também do produto gerado pelo esforço dos trabalhadores. Dessa maneira, ocorrem tensões inevitáveis, uma vez que os interesses dos proletários e dos capitalistas são completamente divergentes. Marx nomeou essa tensão como **luta de classes**: enquanto os proletários produzem as condições para o bem-estar dos proprietários resistindo à exploração capitalista, os capitalistas acumulam riquezas explorando o trabalho dos proletários.

Os trabalhadores, muitas vezes, podem reivindicar melhores condições para impedir a exploração do trabalho, mas os proprietários afirmarão que o que fazem é legítimo e que os trabalhadores não são obrigados a aceitar aquelas condições. Para os proprietários, os trabalhadores podem a qualquer momento deixar de produzir, isto é,

os trabalhadores são “livres” para vender sua força de trabalho para quem bem quiser. Esse seria o argumento usado pelos proprietários dos meios de produção.

No entanto, essa suposta “liberdade”, na prática, é falsa, pois a mudança de patrão, isto é, de comprador da força de trabalho, não alteraria as regras das relações de produção capitalistas. Por isso se afirma que esse raciocínio é enganoso e esconde que nesse sistema de produção o trabalhador terá imensa dificuldade em encontrar um ofício no qual sua força de trabalho não seja explorada pelo patrão.

Segundo Marx, essa tensão sempre está presente onde existe o modo de produção capitalista, resultando disso – como um efeito colateral dessa forma de organização – uma sociedade de classes, dividida na luta entre a burguesia (classe capitalista) e o proletariado (classe trabalhadora).

Sidewalk Bubblegum. © 1997 Clay Butler



ATIVIDADE 1 Organizando os dados

Para sistematizar os conceitos apresentados, preencha o quadro com as definições e dê exemplos, conforme o modelo.

O que é?	Definição	Exemplos
Bens	Elementos colhidos da natureza ou transformados a partir dela que satisfazem necessidades humanas.	Alimentos (podem ser frutas, colhidas diretamente de uma árvore, ou um pão, transformado pela ação do homem).
Serviços		
Trabalho		
Matéria-prima		
Instrumentos de produção		
Meios de produção		
Forças produtivas		
Modo de produção		



Socialismo: o trabalho para os trabalhadores

Trabalho é uma palavra que possui muitos significados. Origina-se do latim *tripalium*, que era um instrumento de tortura romano, e, sob muitos aspectos, ainda é associado a sofrimento e aflição.

Mas o sentido de trabalho que será usado neste texto é o de força produtiva, a energia que as pessoas empregam para realizar seus ofícios, no dia a dia. Segundo Marx e Engels, produção seria a atividade de produzir algo, de fazer algo, de adaptar a natureza para o benefício humano. É o que diferenciaria o ser humano de qualquer outra espécie animal.

A atividade de produzir ferramentas e aperfeiçoar o trabalho é, assim, a grande diferença entre os homens e os demais animais. Marx comparou o trabalho do tecelão ao da aranha. Ambos tecem, porém o tecelão planeja todas as suas ações antes de executá-las, ao contrário da aranha, que age por instinto.

Essa capacidade de planejar e tomar decisões confere ao trabalho humano uma dimensão muito importante. É pelo trabalho que cada indivíduo se torna o que é, assume papéis no mundo do trabalho e posições sociais.

No sistema capitalista, a força de trabalho é a energia empregada pelos trabalhadores para desempenhar suas tarefas, de modo que o empenho empregado em determinada tarefa e o vínculo estabelecido entre trabalhador e seu ofício ocorram em função da tarefa realizada, e não em função da remuneração estabelecida.

No modo de produção socialista, como idealizado por Marx, a economia é planejada, ou seja, o Estado interfere na economia, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais, oferecendo a todos os cidadãos uma distribuição igualitária das riquezas. Dessa forma, todos os valores produzidos pelo trabalho são repassados para todos os trabalhadores por intermédio do Estado, que serve para organizar as forças produtivas a fim de beneficiar a todos com os itens básicos de subsistência, como alimentação, moradia, transporte, vestimenta, educação, saúde, cultura etc.



Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) foi poeta, contista, cronista e, até hoje, é considerado um dos mais influentes escritores da língua portuguesa. É conhecido não somente pela beleza e competência de seus textos, mas também por sua consciência crítica e lucidez. No poema da próxima página, extraído de uma das suas mais importantes obras, *A rosa do povo* (1945), Drummond tece uma visceral crítica sobre a vida na sociedade contemporânea, colocando em evidência alguns dos sentimentos contraditórios e destruidores que a existência em uma sociedade desigual pode evocar na sensibilidade humana. O poema se chama *Nosso tempo* e é composto de oito partes. O trecho que você verá a seguir é a primeira delas.

Para a compreensão desse poema, é importante lembrar que ele foi escrito em um momento marcado por crises mundiais, como a 2ª Guerra Mundial, e, no Brasil, pela ditadura Vargas. Drummond capta com sensibilidade as dores, angústias e agonias de seu tempo. De origem rural, mas vivendo nas grandes cidades, coloca-se também como alguém marginal, como um estrangeiro que analisa seu entorno de maneira peculiar. Vê as coisas com estranhamento e, por isso mesmo, revela com mais propriedade aquilo que parece óbvio. O texto utiliza uma linguagem figurada; assim, sugere-se que você preste atenção ao significado que as palavras *partido* e *partidos* assumem nele. Observe que o poeta discute a alienação do homem e praticamente convoca o leitor a adotar uma posição, que ele tome partido. Boa leitura!

Nosso tempo

Este é tempo de partido,
tempo de homens partidos.

Em vão percorremos volumes,
viajamos e nos colorimos.

A hora pressentida esmigalha-se em
[pó na rua.

Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos.
As leis não bastam. Os lírios não nascem
da lei. Meu nome é tumulto, e
[escreve-se
na pedra.

Visito os fatos, não te encontro.
Onde te ocultas, precária síntese,
penhor de meu sono, luz
dormindo acesa na varanda?

Carlos Drummond de Andrade

Miúdas certezas de empréstimo,
[nenhum beijo
sobe ao ombro para contar-me
a cidade dos homens completos.

Calo-me, espero, decifro.
As coisas talvez melhorem.
São tão fortes as coisas!

Mas eu não sou as coisas e me revolto.
Tenho palavras em mim buscando
[canal,
são roucas e duras,
irritadas, enérgicas,
comprimidas há tanto tempo,
perderam o sentido, apenas querem
[explodir.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Nosso Tempo. In: _____. *A rosa do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 23.
Carlos Drummond de Andrade © Graña Drummond. <<http://www.carlosdrummond.com.br>>.

O que será que o autor quis dizer exatamente sobre esse tempo em que viveu? O que seria para você “as coisas” que ele mencionou? O que ele quis dizer quando afirmou: “Os lírios não nascem da lei”?

ATIVIDADE

2

Os modos de produção capitalista e socialista

1 Descreva o modo de produção socialista e o que os socialistas entendem como “trabalho”.

2 Para o modo de produção capitalista, qual a importância da propriedade privada e como é a relação do homem com o trabalho?

ATIVIDADE 3 Trabalhando com síntese e comparação

Analise o quadro que sintetiza e compara, da perspectiva de Marx e Engels, os modos de produção capitalista e socialista. Complete as lacunas.

	Modo de produção capitalista	Modo de produção socialista
Propriedade	Privada; os meios de produção pertencem à burguesia.	
Para quem se trabalha	O proletariado trabalha para a burguesia.	O proletariado trabalha para a sociedade.
Objetivo		O objetivo da economia é o bem-estar coletivo.
Economia		A economia é planificada (há um plano que orienta seu funcionamento).

MOMENTO CIDADANIA



Principais leis trabalhistas

A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) garante direitos ao trabalhador, bem como explicita seus deveres. Essa regulamentação foi sancionada pelo presidente Getúlio Vargas na década de 1940. Observe alguns artigos:

- Descanso semanal:

Art. 67 – Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte.

BRASIL. Casa Civil. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 27 ago. 2014.

- 13º salário:

Art. 1º – No mês de dezembro de cada ano, a todo empregado será paga, pelo empregador, uma gratificação salarial, independentemente da remuneração a que fizer jus.

BRASIL. Casa Civil. Decreto-lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4090.htm>. Acesso em: 27 ago. 2014.

- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS):

Instituído em 1966, tem a finalidade de amparar o trabalhador em caso de demissão.



DESAFIO

De acordo com a teoria de Marx, a desigualdade social se explica

- pela distribuição da riqueza de acordo com o esforço de cada um no desempenho de seu trabalho.
- pela divisão da sociedade em classes sociais, decorrente da separação entre proprietários e não proprietários dos meios de produção.
- pelas diferenças de inteligência e habilidades inatas dos indivíduos, determinadas biologicamente.
- pela apropriação das condições de trabalho pelos homens mais capazes em contextos históricos, marcados pela igualdade de oportunidades.

Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2000. Disponível em: <http://www.ingresso.ufu.br/sistemas/arquivo_provas/documentos/vestibular/Vestibular2000-1/Prova_Sociologia_Fase1_20001_pp.pdf>. Acesso em: 17 out. 2014.

HORA DA CHECAGEM

Atividade 1 - Organizando os dados

O que é?	Definição	Exemplos
Bens	Elementos colhidos da natureza ou transformados a partir dela que satisfazem necessidades humanas.	Alimentos (podem ser frutas, colhidas diretamente de uma árvore, ou um pão, transformado pela ação do homem).
Serviços	Atividades econômicas que não estão relacionadas diretamente à produção de bens.	Consulta de um médico, de um advogado.
Trabalho	Atividade que resulta em bens e serviços, combinação de atividades manuais e intelectuais.	Atividades realizadas por diferentes profissionais: o advogado averigua processos em um fórum. O costureiro tira medidas para fazer uma roupa. O padeiro amassa o pão etc.
Matéria-prima	Componente inicial que se transformará no produto final.	Ingredientes de uma receita.
Instrumentos de produção	Objetos utilizados na transformação da matéria-prima em produto final.	Um forno que transforma barro em um vaso; máquinas e ferramentas diversas.
Meios de produção	Soma da matéria-prima e dos instrumentos de produção.	Uma fábrica de papel.
Forças produtivas	Soma do trabalho, da matéria-prima e dos instrumentos de produção.	A atividade do padeiro de amassar o pão (o trabalho), que é feito de farinha (matéria-prima) e depois é posto no forno (instrumento de produção).
Modo de produção	A maneira pela qual a sociedade produz, utiliza e distribui seus bens e serviços.	Modos de produção comunal, escravista, asiático, feudal, capitalista e socialista.

Atividade 2 - Os modos de produção capitalista e socialista

1 O modo de produção socialista é aquele no qual os trabalhadores detêm coletivamente a propriedade dos meios de produção e toda a riqueza produzida é compartilhada. Para os socialistas, o trabalho é compreendido como uma maneira de ação do ser humano sobre a natureza, transformando-a para viabilizar sobrevivência (a própria e a do grupo) – o que difere da visão capitalista, cujo intuito é de acumular bens e riquezas, visando interesses apenas individuais.

2 O modo de produção capitalista se dá pela propriedade privada dos meios de produção, somada à subvalorização da força de trabalho, resultando na exploração dos trabalhadores. A propriedade privada estabelece a tensão instalada no modo de produção capitalista, protagonizada por patrões proprietários e empregados não proprietários.

Atividade 3 - Trabalhando com síntese e comparação

O quadro tinha o objetivo de esclarecer diferenças entre os modos de produção capitalista e socialista, da perspectiva de Marx e Engels.

	Modo de produção capitalista	Modo de produção socialista
Propriedade	Privada; os meios de produção pertencem à burguesia.	Coletiva; o trabalhador é proprietário dos meios de produção.
Para quem se trabalha?	O proletariado trabalha para a burguesia.	O proletariado trabalha para a sociedade.
Objetivo	O objetivo é o lucro do proprietário dos meios de produção.	O objetivo da economia é o bem-estar coletivo.
Economia	Baseada no mercado, na “lei da oferta e da procura”. Quanto maior a oferta, menor o preço; quanto maior a procura, maior o preço.	A economia é planejada (há um plano que orienta seu funcionamento).

Desafio

Alternativa correta: **b**. Segundo o filósofo Karl Marx, a divisão da sociedade em classes sociais (proprietários e não proprietários) seria a causa de toda desigualdade social.



Registro de dúvidas e comentários

TEMAS

1. Democracia
2. Ideologia
3. Direitos Humanos

Introdução

Você chegou à última Unidade deste Caderno. Pôde aprender sobre as concepções políticas e éticas segundo diferentes filósofos.

No Tema 1, você poderá compreender a noção de democracia, dado que é o sistema político em que você vive. O Tema 2 permitirá a você refletir sobre a noção de ideologia, uma vez que ela se relaciona com os desejos e as motivações para a construção de uma sociedade mais justa. No Tema 3, você terá a oportunidade de observar e interpretar criticamente algumas ações concretas praticadas nas sociedades democráticas, como é o caso dos Direitos Humanos.

Democracia TEMA 1

Neste tema, serão investigadas as características do sistema democrático, comparando-o aos modelos nos quais foi baseado – a democracia clássica ateniense e o projeto iluminista defendido pela Revolução Francesa – a fim de que você perceba quais são os aspectos atuais da democracia vivida no Brasil e em grande parte do mundo.

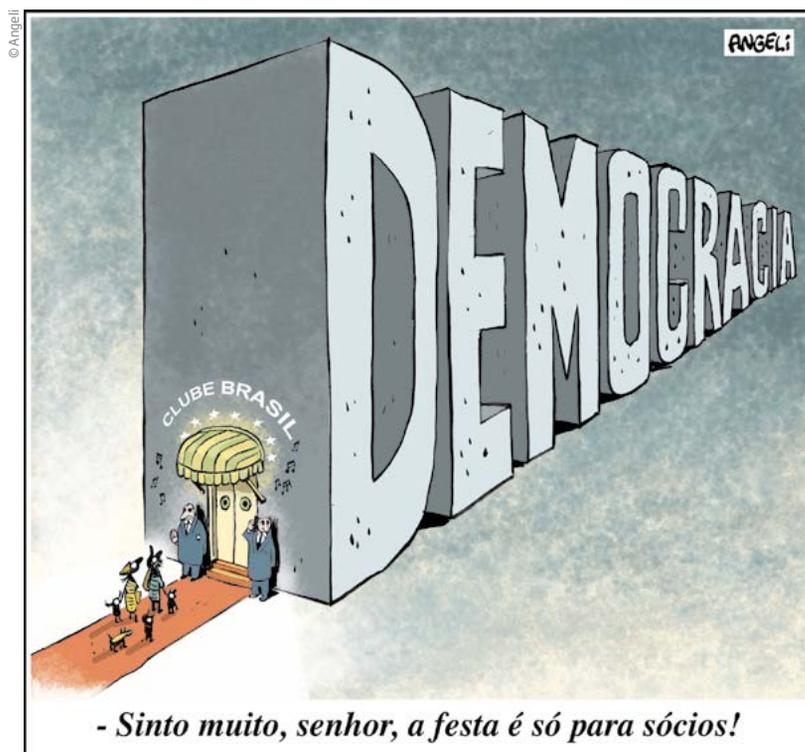
Espera-se que, no desenvolvimento deste tema, fiquem claras as diferenças entre a democracia clássica ateniense e a democracia exercida hoje na maior parte do mundo, bem como os limites de ambas.



O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Com base no que você já sabe sobre democracia, observe a sua rotina, seu entorno e reflita sobre as seguintes questões:

- Quando você atua democraticamente? Pense em alguns exemplos.
- De que recursos democráticos você dispõe para participar da política?
- De qual instituição democrática você participa?



Na democracia não há garantias de igualdade.



Refletindo sobre os conceitos que explicam a democracia

Você se lembra do que significa *democracia*? A palavra tem origem na junção dos vocábulos gregos *demo* (povo) e *cracia* (poder), significando, então, governo do povo. Em linhas gerais, democracia quer dizer que o povo é quem toma as decisões políticas. Mas, retomando um pouco do que estudou nas Unidades anteriores, você se recordará de que, na Grécia Antiga, somente uma parcela pequena da população era considerada “cidadão”, sendo a maior parte formada por pessoas que não tinham direito ao voto e à participação democrática (mulheres, estrangeiros e escravos, para citar alguns exemplos). Então, a democracia que se vive hoje está distante e é muito diferente dessa que originou o termo *democracia* na Grécia Antiga. O modelo democrático atual se baseia mais nas propostas feitas pelos burgueses iluministas que atuaram na Revolução Francesa, em 1789. No entanto, isso também já faz bastante tempo, estando relacionado com um contexto histórico e cultural (França, século XVIII) bastante distinto do atual (Brasil, séculos XX e XXI).

A democracia está intimamente ligada ao voto, porque ele é o principal instrumento pelo qual a população decide quem serão os seus representantes. Lembre-se de que a conquista da cidadania, isto é, ter direito a participar da vida política, e que também envolve os deveres a ser cumpridos para que as pessoas tenham direitos, foi o grande marco para a construção do sistema

político democrático. Participar de uma reunião comunitária, a fim de tomar decisões coletivas, erguendo a mão para votar em alternativas possíveis, é o mais emblemático exercício democrático, mas não o único. Considerar que cada um possui direitos, deveres e que precisa ser tratado com respeito e dignidade já é, em si, um exercício democrático importantíssimo para a efetivação da democracia no dia a dia.

Neste texto, serão abordados conceitos fundamentais relacionados à democracia, principalmente de um ponto de vista prático.

Comece por compreender o que é **representatividade política**. Trata-se do modelo corrente da democracia ocidental – a democracia representativa, na qual o poder político é exercido pela população eleitora, embora não diretamente. Ele se dá por meio de representantes, designados pelo exercício do voto, com mandato para atuar em nome do povo, e por sua autoridade, isto é, legitimados pela soberania popular.

Você, em conjunto com todos os membros da sociedade brasileira, elege pessoas que exercerão diversos cargos públicos. Cabe a essas pessoas eleitas representar as demandas e escolhas daqueles que as elegeram. No Brasil, vota-se tanto para cargos legislativos como para executivos.

No que se refere aos cargos legislativos, a população elege vereadores, que representam os interesses do povo nas Câmaras Municipais. O número de vereadores varia conforme o tamanho da população. Isso significa que municípios com um número grande de habitantes possuirá mais vereadores que um município com uma população menor. A população elege também deputados estaduais e federais, que a representarão nas Assembleias Legislativas e na Câmara dos Deputados, respectivamente. O número de deputados é proporcional à população do Estado. Por fim, são eleitos dois senadores por Estado, que representam os interesses das unidades federativas no Congresso Nacional, formado por eles e pela Câmara dos Deputados.

No que se refere aos cargos executivos, são eleitos um representante e seu respectivo vice para o âmbito municipal (prefeito e vice-prefeito), para o âmbito estadual (governador e vice-governador) e para o âmbito federal (presidente e vice-presidente). Os representantes da Casa Civil, dos ministérios, das secretarias estaduais e municipais são nomeados pelo executivo do respectivo âmbito, o que significa que os ministros são nomeados pelo presidente, os secretários estaduais, pelo governador, os secretários municipais e pelo prefeito.

Para entender melhor o funcionamento da eleição dos representantes políticos na democracia, é preciso compreender a ampliação do direito de voto, isto é, o sufrágio universal, que consiste no direito de participação política por meio do voto, concedido a todos os indivíduos da população sem nenhum tipo de distinção, seja ela de etnia, gênero, crença ou classe social – diferentemente do que aconteceu ao longo da História, quando o voto era limitado com base nos mais diversos critérios, tais como gênero, religião, renda, propriedade, conhecimento do idioma nacional, etnia etc. A chance de que todos possam votar exige como garantia a existência da democracia como alternativa de governo mais justa e igualitária, na qual o povo não deve estar subjugado aos interesses de um déspota, como se vê em momentos de totalitarismo ou de ditadura. O sufrágio universal significa o direito irrestrito ao voto.

Observe como o voto ocorre no Brasil: em primeiro lugar, ele é obrigatório, secreto e direto. Em relação à obrigatoriedade, como em quase todas as diretrizes jurídicas, há algumas exceções: o voto é facultativo para os que têm entre 16 e 18 anos, os maiores de 70 anos e os analfabetos. Vale destacar que o Código Eleitoral vem sendo constantemente revisado desde que entrou em vigor.

Outro ponto importante que segue a mesma lógica das exceções é a ideia de que em uma democracia representativa, como a brasileira, qualquer cidadão pode se candidatar para ser representante político do povo. Um exemplo bastante marcante fica por conta da polêmica que existe há muito tempo sobre a obrigatoriedade de filiação a um partido político. Alguns entendem essa obrigatoriedade como uma exceção ao “qualquer pessoa”, uma vez que só é possível se candidatar por meio da filiação partidária, enquanto outros defendem que essa não seria uma exceção, mas uma exigência, no sentido de que qualquer um pode se candidatar, desde que filiado a um partido. Além dessas, segundo a Constituição Federal de 1988, há restrições de idade (mínima de 18 anos para vereador, 21 para deputado federal, estadual ou distrital, prefeito e vice-prefeito, 30 para governador e vice-governador e 35 para presidente, vice-presidente e senador). É preciso, ainda, que o candidato a qualquer um desses cargos seja alfabetizado.

Com relação ao voto ser direto, isso significa que, ao votar, escolhem-se os representantes que ocuparão os cargos executivos (prefeitos, governadores, presidente, por exemplo) e legislativos. Na história recente do Brasil, durante a ditadura civil-militar de 1964, não era assim. As eleições eram indiretas. A Campanha das Diretas Já, um movimento popular que lutou pelo direito de escolher o presidente da República, foi decisiva para a conquista do voto direto.

No entanto, também se deve prestar atenção aos cargos públicos cujo exercício é designado por nomeação, ou seja, o povo não elege diretamente os representantes desses cargos, mas aquele que vai indicá-los e nomeá-los. Conforme explicado anteriormente, um exemplo desse tipo de situação é o dos ministros e secretários, que tomam importantes decisões pertinentes ao seu mandato (ministro ou secretário do Transporte, ministro ou secretário da Educação etc.). Eles não são diretamente eleitos pelo povo, uma vez que é o presidente, governador ou prefeito que vão indicá-los e nomeá-los para esses cargos. Outros exemplos de cargos públicos que apresentam essas características (cada qual com pequenas variações específicas de acordo com o âmbito a que se referem, se municipal, estadual ou federal) incluem procurador-geral, diplomata e juiz.

O fato de o voto ser secreto implica o direito de não revelar em quem a pessoa votou.

Assim, pode-se concluir que não é sempre o povo que decide diretamente quem o representará e tomará medidas em seu nome. Isso não quer dizer que não haja participação do eleitorado nem que o regime democrático esteja ferindo o princípio da representatividade, ou seja, o de que as pessoas que estão no poder público devem representar a população, que é quem as elege.



FICA A DICA!

Para poder se informar melhor sobre como funciona o sistema eleitoral no Brasil, é importante que você conheça o Código Eleitoral. Caso tenha interesse em lê-lo na íntegra, ele está disponível em versão digital no próprio site do Planalto: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4737.htm>. Acesso em: 27 ago. 2014.

Para saber mais sobre as suas possibilidades de participação política, você pode ler o livro *O que é participação política*, de Dalmo de A. Dallari (Brasiliense, 1983).



Pensando em moradores de rua, trabalhadores em situação análoga à escravidão, crianças que trabalham em carvoarias em várias partes do país, portadores de deficiência e tantas outras situações de desigualdade e injustiça, essas pessoas podem participar ativamente da democracia? O que isso permite concluir em relação à democracia no Brasil? Reflita a respeito.

ATIVIDADE 1 A democracia

Tendo como referência o texto *Refletindo sobre os conceitos que explicam a democracia* e os problemas apontados por ele, responda às questões.

1 Quais são os cargos eleitos por meio do voto direto?

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Prefeito | <input type="checkbox"/> Secretário de governo |
| <input type="checkbox"/> Ministro | <input type="checkbox"/> Deputado federal |
| <input type="checkbox"/> Deputado estadual | <input type="checkbox"/> Presidente |
| <input type="checkbox"/> Governador | <input type="checkbox"/> Vereador |
| <input type="checkbox"/> Senador | <input type="checkbox"/> Secretário municipal |

2 Qualquer cidadão pode se candidatar a cargos políticos eletivos? Explique sua resposta e, em caso negativo, dê exemplos.

3 Você acha que a representatividade é uma forma adequada de participação democrática? Justifique sua resposta.

4 Você considera que participa politicamente? Está satisfeito com a forma como participa? Que outras formas de participação política você acredita que poderia ter? Justifique suas respostas.



VOCÊ SABIA?

Fernando Collor foi um presidente brasileiro eleito em 1989. Dois anos após sua eleição, ele sofreu um processo de *impeachment*, isto é, houve cassação de seu mandato como chefe de Estado por conta de acusações de envolvimento em casos de corrupção e desvio de verbas públicas para benefício particular. Como consequência por esse ato ilícito, sofreu a inelegibilidade, ou seja, ficou proibido de poder se candidatar a novos cargos políticos e participar de processos eleitorais durante 8 anos. Em 2006, foi eleito senador pelo Estado de Alagoas, sendo reeleito no pleito de 2014.

HORA DA CHECAGEM

Atividade 1 - A democracia

1 São eleitos por meio do voto direto os cargos de: prefeito, governador, presidente, vereador, deputado estadual, deputado federal e senador.

2 Você pode ter respondido que qualquer pessoa que tenha mais de 18 anos (dependendo do cargo, a idade mínima varia) e que seja filiada a um partido político pode se candidatar aos cargos de prefeito, governador, presidente, vereador, deputado estadual, deputado federal ou senador. Por outro lado, espera-se que você tenha percebido que essa mesma restrição mostra que não são de fato todas as pessoas que podem se candidatar; existem ao menos essas restrições básicas: ser alfabetizado, estar filiado a um partido político e atender à idade mínima para cada um dos cargos existentes.

3 Resposta de cunho pessoal. Para refletir sobre ela, você deve ter considerado que a democracia representativa envolve o fato de que nela o poder político é exercido pela população eleitora, ou seja, por aqueles que votam. Embora esse poder político não aconteça diretamente, mas por meio de representantes, designados pelo exercício do voto, eles devem atuar em nome do povo e por sua autoridade.

4 Resposta de cunho pessoal. Você deve ter considerado nessa questão uma série de aspectos. Um deles seria saber se você participa votando, isto é, escolhendo seus representantes de forma consciente. Mas votar não é a única maneira de participar politicamente. Você também pode acompanhar aquilo que os vereadores, deputados e senadores, isto é, os membros dos cargos legislativos, estão fazendo. Pode, ainda, participar de associações de bairro, organizações não governamentais que se reúnam para discutir problemas de seu bairro ou comunidade na busca de soluções e com isso exigir que se cumpram as promessas realizadas pelos seus representantes.

Neste tema, você vai refletir sobre os significados aparentes e ocultos que existem nos discursos e nas tomadas de decisão na vida democrática e que têm a ver com o que se chama de *ideologia*. Identificando esses significados e o que é a ideologia, você poderá compreender melhor o funcionamento da democracia e da vida social de forma geral.

O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Você já deve ter ouvido falar sobre as políticas de cotas para o ingresso de jovens negros, pardos, indígenas ou originários das classes sociais mais pobres às universidades públicas. No Brasil, a solução encontrada para que se diminuísse o déficit histórico de presença de negros e pobres nas universidades brasileiras foi a adoção de ações afirmativas por meio de reservas de vagas que ficaram conhecidas como cotas. Porém, por todo o País, houve resistências à sua implementação, seja por parte das próprias universidades ou da população em geral. Em muitas instituições, as ações afirmativas foram rechaçadas com o argumento de que a prática de reserva de cotas afronta o princípio constitucional de isonomia (igualdade entre todos) e reforça práticas sociais discriminatórias. Como você se posiciona a respeito? Como você interpreta essas práticas, que começaram a ser regulamentadas apenas nos anos 2000? O que você acha que sustenta tanto o discurso governamental, que se posiciona como democrático ao adotar tais medidas, quanto aqueles que se opõem a elas? Seria possível dizer que há uma ideologia na política de cotas?

As várias definições de *ideologia*

O conceito de ideologia é entendido com base em muitas definições. Essas definições foram propostas por diversos pensadores importantes, entre eles Destutt de Tracy e Karl Marx, e você vai conhecê-las a seguir.

Segundo o *Dicionário de Sociologia* (1997), de Allan G. Johnson, ideologia se refere a ideias, valores e comportamentos culturais construídos e aceitos pela sociedade e que justificam a ordem social vigente. Ou seja, a ideologia é o que sustenta as ações e os movimentos políticos, conferindo-lhes legitimidade para transformar ou conservar seu contexto social.

A palavra *ideologia* foi utilizada pela primeira vez pelo conde francês Antoine Louis Claude Destutt de Tracy (1754-1836), que a entendia como “ciência da gênese das ideias”. Em seu livro *Elementos de ideologia* (1801), ele buscou analisar as sensações e as ideias, elaborando explicação para os fenômenos sensíveis (vontade, razão, percepção e memória) que interfeririam na formação das ideias.

O fato de Tracy ter conferido ao termo o aspecto científico fez em dado momento Napoleão Bonaparte caracterizar o conde e seus seguidores como “ideólogos”, tornando o termo *ideologia* pejorativo, uma vez que o considerou como “ideia falsa” ou “ilusão”, compreendendo ser aquele um discurso distante da realidade. Sendo assim, “ideólogos” designava os indivíduos alheios à realidade e carentes de senso político. Eles eram “deformadores da realidade”, pois suas ideias apresentavam-se desconectadas da realidade em que viviam.

A outra visão sobre o termo *ideologia* advém especialmente da perspectiva marxista, isto é, formulada por Karl Marx e seus seguidores, mas não somente desta, e é considerada por muitos como visão “crítica” do termo.

Diferentemente de considerar a ideologia um conjunto de ideias sobre determinado assunto (ideário), a visão crítica compreende que a ideologia manifesta-se no uso de ferramentas simbólicas voltadas à criação e/ou à manutenção de relações de dominação.

Em *Ideologia alemã* (1846), Marx se referiu ao conceito de ideologia como um sistema elaborado de representações e de ideias que correspondem às formas de consciência que os homens possuem em determinadas épocas e que seriam o resultado de como se organizam os meios de produção. Nesse sentido, as ideologias teriam a função de garantir os interesses de grupos sociais dominantes, como um modo de assegurar seus interesses e o seu poder sobre outros grupos. Como exemplo de ideologia, conforme o conceito elaborado por Marx, podem-se citar afirmações tais como “os trabalhadores que fazem greve prejudicam a vida de todos” ou “os partidos são todos iguais”. Por que podem ser afirmações ideológicas? No caso da que se refere aos trabalhadores que fazem greve, porque serve para impedir a luta por melhores salários e condições de trabalho, o que interessa às classes dominantes. Já a ideia de que os partidos são todos iguais é ideológica por não corresponder à realidade, pois há partidos com ideologias e projetos de sociedade muito diferentes entre si. Mostrá-los como iguais pode gerar na população a ideia de que, na política, as coisas nunca mudam, favorecendo a permanência no poder dos partidos e políticos comprometidos com as elites.

Quanto às relações de dominação, para Marx era claro que eram aquelas relativas às classes sociais. No entanto, para outros pensadores, adeptos de uma visão crítica sobre a ideologia, essas relações de dominação também poderiam expressar-se em relações sociais de outra natureza, como aquelas entre homens e mulheres, pais e filhos, brancos e negros, entre outras, como afirmou o pensador John B. Thompson em sua obra *Ideologia e cultura moderna* (2000).

Para Marx, a ideologia também seria considerada “distorção” da realidade, uma vez que ela apresenta aos indivíduos a realidade de modo inverso àquilo que ela é. De acordo com o filósofo, isso acontece da seguinte maneira: o que determina as mudanças sociais é o desenvolvimento dos meios de produção. Ao mesmo tempo que os meios de produção se aprimoram, modifica-se a organização social, e, a partir dela, constitui-se a luta de classes, conforme você estudou na Unidade 3. Acima do desenvolvimento das classes e da luta de classes, está o que Marx denominou “superestrutura”, que corresponde às instituições sociais e políticas (como a família e a Igreja), às religiões, às leis, às artes, ideias que se formam na base da infraestrutura econômica. Para Marx, é a infraestrutura econômica que constitui a superestrutura. Ou seja, é a divisão social do trabalho que constrói as ideias que garantem o funcionamento do modo de produção.

Mas, no movimento da História, infraestrutura e superestrutura alimentam uma à outra, constantemente. Por exemplo, ideias como “Deus ajuda quem cedo madruga” e “O trabalho enobrece o homem”, que são construídas no campo da superestrutura, podem servir como instrumentos de dominação da classe trabalhadora. Aparentemente nobres, elas talvez façam que o trabalhador não se atrase, não falte ao trabalho, garantindo, assim, a produção e a geração de lucro. Ocorre que, no final das contas, esse ciclo pode servir à exploração. Esse é um exemplo simples, mas que ajuda a compreender como a realidade às vezes é distorcida. A perpetuação de uma simples ideia que faça um trabalhador sentir-se nobre pode ser a mesma que esconde a exploração que ele vive.

A produção de pensamentos e ideias é sempre ideológica?

Ainda em uma visão crítica do conceito de ideologia, é justamente na superestrutura – onde há a produção dos discursos – que surge a oportunidade para que a ideologia crie a “falsa consciência” sobre a realidade, reforçando e perpetuando as relações de dominação. Examinando o conteúdo de ideias e pensamentos compartilhado ou reproduzido pelas pessoas, sempre haveria como

encontrar as marcas das condições de sua produção deixadas nos “textos”, isto é, nas leis, nas obras de arte, nas notícias etc. Aprender a identificá-las seria uma forma de perceber e questionar as relações de dominação.

Segundo Marx, o conhecimento científico, por sua vez, seria capaz de mostrar o mundo como ele é, pois revelaria os mecanismos de separação e determinação da realidade. Assim, é possível afirmar que, para esse autor, a proteção contra a ideologia é o uso da razão. Todavia, é preciso lembrar que o uso instrumental da razão, isto é, a racionalização de tudo, talvez também seja ideológica, o que equivaleria a dizer que a própria Ciência seria uma forma de ideologia.

Essa visão crítica de ideologia é uma entre outras possíveis. Mas aqui se quer chamar a atenção para a importância de perceber o contexto no qual opiniões e posicionamentos são construídos. Na visão crítica, a ideologia sempre será voltada à criação ou manutenção de relações de dominação por quaisquer instrumentos simbólicos, como a linguagem (oral, escrita, imagética), ou por meios de comunicação, como a televisão, o rádio, o cinema, as artes plásticas.

Sendo assim, além de compreender o conteúdo manifesto nas ideologias, é preciso estar atento a quais seriam as intenções mobilizadoras por trás dos discursos, os desejos e receios que determinam certas posturas e a escolha dos argumentos que as sustentam. Nesse sentido, em todo discurso seria possível identificar um posicionamento (ponto de vista, intenção), expresso desde a postura corporal até as palavras utilizadas. Isso também está presente na escolha de imagens, por exemplo, que compõem o discurso da mídia, quer nas mensagens de cunho informativo (como uma notícia), artístico ou de entretenimento (um filme ou um anúncio publicitário), quer, até mesmo, nas de cunho científico (a divulgação de um novo remédio ou uma propaganda educativa para a conscientização da importância da vacinação).

Ideologia, razão e verdade

É possível dizer que a afirmação da lei sobre a igualdade de todos é expressão de um discurso ideológico, pois, ao admitir que todos são iguais, a lei afirma que estaria acima das desigualdades sociais, raciais e que atua independentemente de alguém ser homem, mulher, idoso, criança etc. Mas será que todas as pessoas, em nossa cultura, são tratadas igualmente? Todas têm direito à saúde e à educação com a mesma qualidade? Todas têm acesso a moradias dignas?

Sabe-se que isso não é verdade. O termo *todos*, nesse caso, esconde o fato de que o princípio da igualdade não se aplica da mesma forma a todos. Por isso, é necessário considerar o contexto histórico (localizado culturalmente em certo tempo e em certo espaço) que forja ideias como essa. O contexto histórico é determinante da força das ideias, contribuindo para que elas sejam reconhecidas como uma verdade ou, pelo contrário, impedindo esse reconhecimento.



Independentemente de ser ou não fã de filmes de ação, pense a respeito da fama que teve Rambo, interpretado por Sylvester Stallone no cinema estadunidense. Você conseguiria explicar por que esse personagem fez tanto sucesso apesar de sua violência?

Esse filme, que foi baseado em uma obra literária publicada em 1972, teve várias sequências nos anos 1970 e 1980, indicando não apenas a forte presença da violência, mas também a figuração de certo tipo de herói. Rambo é um ex-combatente de guerra, pertencente aos Boínas Verdes (nome popular das forças especiais do Exército estadunidense), que retorna do Vietnã em busca de um amigo nos Estados Unidos. Como não o encontra, Rambo passa a vagar pelas cidades e acaba tendo problemas com a polícia. Ele é um homem agressivo e sofre de alucinações provocadas pela permanência na guerra. Costuma aterrorizar seus perseguidores, praticando atos violentos parecidos com aqueles que sofreu anteriormente. O enredo dos filmes sempre se desenvolve a partir das táticas utilizadas pelo personagem, ou seja, similares àquelas que os seus inimigos do Vietnã praticavam: esconder-se na floresta, conhecer o ambiente, utilizar como arma o que o local oferece e só atacar quando o inimigo avançar, além de camuflar seu corpo para disfarçar sua presença.

O que é possível concluir analisando a violência de Rambo, que tão bem caracterizou os filmes de ação daquele período? Se, por um lado, as perturbações que motivavam sua violência podem ser vistas como sintoma da insatisfação estadunidense com os retornados da guerra, transformando Rambo em um personagem malvisto, por outro, ele também pode ser considerado a vítima que deveria ser perdoada pela sociedade após todo o seu esforço e empenho para sobreviver. Desse modo, o excesso de violência de Rambo é algo que merece uma interpretação mais aprofundada. Como você percebe a ideologia que sustenta os filmes de ação ou se oculta neles?

O modo como o personagem Rambo foi apresentado nos filmes pode ser lido como expressão dos interesses do governo estadunidense:

[...] Os genocídios promovidos pelo herói passam a serem justificados por sua postura política, sua imagem como homem defensor dos interesses de sua pátria [...].

ARAÚJO, Pedro Zambarda de. Rambo: um símbolo norte-americano único. *Revista Anagrama*, mar.-maio 2010. Disponível em: <http://www.usp.br/anagrama/Araujo_Rambo.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2014.

No momento de produção dos filmes, havia interesse do governo estadunidense em preparar a população para manter o apoio popular às intervenções militares que os EUA fariam nos anos seguintes nas guerras do Golfo.

Os filmes de Rambo não são, portanto, diferentes dos símbolos criados pelos EUA para enfatizar, desde o começo da 2ª Guerra Mundial, a prosperidade de seu povo, a justiça e a ousadia de superar crises. É possível citar os super-heróis das revistas em quadrinhos, os filmes de faroeste sobre a conquista do Velho Oeste, que transformavam os índios em vilões, e, mais adiante, os filmes de guerra, que impulsionaram ainda mais o orgulho nacional. Rambo é apenas mais um exemplar dessa simbologia. Sua força nos filmes está no fato de que o personagem justifica a continuidade das guerras para superar os esforços malsucedidos do exército estadunidense no Vietnã. Rambo representa aquele que decide continuar “lutando”, apesar das perdas.



© kimberlywood/istock Vectors/Getty Images

A imagem de um cérebro aprisionado em uma gaiola demonstra que está preso a um jeito particular de ver o mundo, dando a ideia de que às vezes as pessoas não se dão conta de que pensam de uma determinada maneira que consideram válida, sem refletir sobre o fato de isso decorrer muito mais de uma construção dada pelo contexto histórico-social do que de sua vontade individual.

ATIVIDADE 1 Refletindo sobre o conceito de ideologia

Releia o texto *As várias definições de ideologia*, destacando as passagens que se referem à ideologia no sentido “crítico” e no sentido proposto por Tracy. Depois disso, escreva a seguir alguns exemplos de discursos (frases, ditados etc.) que, em sua opinião, contenham um sentido ideológico. Comente esse sentido, esclarecendo por que o discurso pode ser ideológico.



A ideologia como forma de dominação

Marx definiu a ideologia segundo as relações de dominação determinadas pelos modos de produção e pela formação de classes sociais, afirmando que a ideologia poderia beneficiar a classe social dominante. Isso porque, em sua visão, tal classe tiraria proveito da ideologia – aqui compreendida como o conjunto de ideias que produzem falsa consciência da realidade, contribuindo com a criação de símbolos e discursos para a ocultação das relações de exploração e, conseqüentemente, para sua manutenção.

Nesse sentido, para se manter, a ideologia se esconde nas crenças morais, religiosas ou no senso comum. A ideia “As pessoas são para o que nascem” é uma dessas crenças. Quando alguém acredita que nasceu com uma “inclinação”, “dons” ou “aptidões” dado por um deus ou determinados geneticamente, podem-se justificar desigualdades que talvez passem despercebidas. Por exemplo, o que faz alguém ser um médico bem-sucedido? Tal fato estaria ligado às suas “aptidões naturais” ou ao conjunto de condições sociais e históricas pelas quais e nas quais se construiu a sua trajetória de vida? Quando uma pessoa almeja ser médica, mas não consegue, seria por falta de condições materiais, por não ter tido acesso à educação, ou porque ela não teria nascido para isso? Por meio de exemplos como esse, você pode identificar e pensar sobre as ideologias.



Leia a letra da canção de Cazuza transcrita a seguir e, se possível, ouça-a. Tente problematizar o que diz o cantor com o que você estudou acerca da ideologia. Levando em consideração que a ideologia oculta dos homens o modo como as

relações sociais foram produzidas e, portanto, esconde as origens da exploração, seria difícil entender por que o refrão da composição é “Ideologia, eu quero uma pra viver”. Qual será, então, o sentido utilizado por Cazuza? Pode-se levantar a hipótese de que o sentido pretendido pelo autor não diz respeito à visão crítica acerca da ideologia, mas a outro sentido, como uma visão de mundo ou um conjunto de ideias que orienta uma prática ou um modo de viver. Concentre-se em algumas passagens, procurando entender o que pode significar “Meus heróis morreram de overdose”, “O meu prazer agora é risco de vida” e “Eu vou pagar a conta do analista/ Pra nunca mais ter que saber quem eu sou”. Note que os três casos apresentam uma contradição: um herói não costuma se matar, um prazer é sempre algo bom e as pessoas pagam um analista para se conhecer melhor. Sendo assim, Cazuza parece evidenciar que lhe falta uma orientação que sustente suas escolhas. Isso poderia ser mais bem compreendido ao investigar sobre o contexto de produção dessa música, ou seja, o que acontecia nos anos 1980?

Os anos 1980 no Brasil foram marcados pela epidemia da aids, pela crise política e econômica, entre outros fatores que levaram à desilusão do poeta.

É importante observar, ainda, que o conceito de ideologia nessa música também aparece de modo corrente no cotidiano, não estando distante de você. Observe a letra e pense sobre isso!

Ideologia

Cazuza

Meu partido é um coração partido
E as ilusões estão todas perdidas
Os meus sonhos foram todos vendidos
Tão barato que eu nem acredito. Ah! Eu
[nem acredito
Que aquele garoto que ia mudar o
[mundo, mudar o mundo
Frequenta agora as festas do Grand
[Monde
Meus heróis morreram de overdose
Ah! Meus inimigos estão no poder

REFRÃO:
Ideologia, eu quero uma pra viver
Ideologia, eu quero uma pra viver

O meu prazer agora é risco de vida
Meu *sex and drugs* não tem nenhum
[rock ‘n’ roll
Eu vou pagar a conta do analista
Pra nunca mais ter que saber quem eu sou
Ah! Saber quem eu sou
Pois aquele garoto que ia mudar o mundo,
[mudar o mundo
Agora assiste a tudo em cima do muro,
[em cima do muro
Meus heróis morreram de overdose
Meus inimigos estão no poder

Ideologia eu quero uma pra viver
Ideologia pra viver
[...]

ATIVIDADE 2 Trabalhando com pesquisa

Procure, em jornais de grande circulação, charges ou tirinhas que possam ser utilizadas para discutir o conceito de falsa consciência associado à perspectiva desenvolvida nesta Unidade sobre ideologia. Você pode, por exemplo, pesquisar o trabalho da Laerte, uma das mais importantes cartunistas brasileiras, que é também bastante sagaz (e preocupada com o contexto social e político do País). Se preferir, analise letras de músicas que estejam relacionadas com o conceito. Você também pode tentar discutir sobre os discursos ideológicos usando outros materiais, como crônicas, artigos de revista, poesia etc. Inspire-se na tirinha a seguir e responda à questão.



Qual é o sentido de ideologia presente na tira? Justifique.

HORA DA CHECAGEM

Atividade 1 - Refletindo sobre o conceito de ideologia

As respostas para essa atividade podem ser encontradas na seção *O que você já sabe?*. A ideologia no sentido “crítico” significa uso de ferramentas simbólicas voltadas à criação e/ou à manutenção de relações de dominação, como você estudou no texto *As várias definições de ideologia*. Já a ideologia no sentido proposto por Tracy implica o estudo científico das ideias. Nesse caso, é como se as ideologias fossem necessárias para a manutenção da sociedade, de padrões de comportamento ou de costumes. Como exemplos de ideologia, você poderia utilizar aqueles presentes no texto ou outros, como “Os pobres continuam pobres porque não gostam de traba-

Neste tema, você vai estudar os Direitos Humanos. Eles devem ser considerados um guia para a direção na qual as sociedades caminham e ser o objetivo de todo movimento político democrático.

© Angeli

NOVA COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS



- Antes de abirmos os trabalhos, peço que negros, índios, mulheres e homossexuais em geral, falem agora ou calem-se para sempre.

Quem tem mais Direitos Humanos? Muitas pessoas dizem estar defendendo os Direitos Humanos, de caráter universal, mas estão, na verdade, presas à ideia de que algumas pessoas têm mais direitos que outras.

O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Leia o trecho a seguir, reproduzido da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, da Organização das Nações Unidas (1948):

Artigo I

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declaracao%20-%20Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

- Você já ouviu esses dizeres? Onde ouviu?
- Quem parece ser o remetente do texto e quem seria o destinatário?
- O que você entende por “dotados de razão e consciência”?



Direitos Humanos: um pouco de história

Os Direitos Humanos, conforme conhecidos atualmente, fazem referência ao documento oficialmente intitulado *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, cujo primeiro artigo foi citado na seção *O que você já sabe?*. Esse documento foi elaborado e publicado em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e tinha como objetivo atualizar a ideia de direitos básicos e universais, ou seja, que podem ser estendidos a todo e qualquer ser humano. O momento histórico pedia por essa declaração, dado que o mundo ainda se recuperava do choque sofrido pelas atrocidades cometidas durante a 2ª Guerra Mundial (1939-1945). Nesse sentido, pode-se dizer que o novo contexto histórico exigia uma revisão das ações cometidas pelos homens, de modo que os seus pensamentos e ações fossem colocados em xeque.

Mas esse não foi o primeiro documento com o objetivo de sensibilizar a humanidade como um todo quanto ao direito de dignidade, liberdade, igualdade etc. Antes, no ano da Revolução Francesa (1789), foi publicada a *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*. Esse documento é considerado o alicerce das ideias defendidas pelos revolucionários burgueses, conforme você estudou nas Unidades anteriores, bem como uma garantia de que os direitos por eles conquistados permaneceriam vigentes pelos próximos anos da República francesa, servindo, inclusive, de modelo para a emancipação de outros países e elaboração de outros projetos republicanos.

É necessário lembrar que a intenção da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* é estabelecer pontos em comum entre as pessoas de todas as culturas, de maneira que – independentemente do país em que se nasceu ou da língua que se fale – a dignidade seja garantida, evitando certas privações e violências (como a tirania ou a tortura). Também é fundamental perceber que a ideia de igualdade é a de garantir os mesmos direitos, ou seja, quando a declaração afirma que todos nascem iguais, isso não quer dizer que as pessoas devem ser iguais, mas que precisa haver igualdade no respeito às diferenças. Desse modo, nota-se que a igualdade é uma igualdade formal, perante a lei, o que não significa a garantia de uma igualdade efetiva, material. Prestar atenção a esse ponto é um modo de questionar e criticar a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.

Além disso, é importante considerar os momentos em que as declarações foram redigidas – uma em 1789, ano da Revolução Francesa, e outra em 1948, logo após o término da 2ª Guerra Mundial –, momentos emblemáticos nos quais os seres humanos, de forma geral, lutaram por melhores condições de vida, econômica e politicamente falando, e por ferramentas que pudessem garantir que os indivíduos fossem tratados com dignidade, ao contrário do que estava sendo vivido por muitas pessoas até então.

A Declaração de 1948 trouxe muitos avanços e permitiu, por exemplo, que genocídios fossem julgados, que comissões da verdade fossem instauradas para avaliar casos de torturas e assassinatos por parte do Estado, como ocorreu nas ditaduras militares brasileira e chilena no século XX. Contudo, ela tem algumas limitações. Seu primeiro artigo nem sempre é concretizado. É possível, por exemplo, relacionar dados econômicos que mostram a diferença entre crianças nascidas em determinada localidade possuindo muito mais oportunidades do que aquelas nascidas em outro lugar. Pode-se falar dessa diferença também entre nações, porém há meios de ponderar que isso talvez aconteça na mesma cidade, o que quer dizer que esse documento é uma referência que procura garantir elementos universais, mas que ainda, infelizmente, não se efetivou para todos e todas.



FICA A DICA!

O documentário brasileiro *Direitos humanos, a exceção e a regra* (direção de Gringo Cardia, 2008) é um bom exemplo para avaliar a pertinência da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* no Brasil. O diretor desse filme procura denunciar a situação no País por meio do exame de vários casos ocorridos nos últimos 40 anos.

Disponível em: <http://portacurtas.org.br/filme/?name=direitos_humanos_a_excecao_e_a_regra>. Acesso em: 27 ago. 2014.

ATIVIDADE

1

Trabalhando com imagem, música, poema, jornal

Em 2008, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* completou 60 anos. Embora se constate que o documento não alcançou (ainda) a concretização universal desejada, sua existência deve ser comemorada como mecanismo contra a injustiça, a desigualdade, as disputas desiguais etc. O governo federal lançou, na ocasião, uma cartilha intitulada *Campanha 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos*, na qual se afirmava:

Para comemorar essa data, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) desenvolverá Campanha cujo objetivo será o de divulgar esse importante instrumento jurídico internacional, tornando acessível ao grande público brasileiro cada um dos seus 30 artigos.

Assim, para cada um dos artigos da declaração, foram produzidos uma fotografia, uma pintura, um poema, uma canção e um cartaz. Inspire-se na campanha, pesquise um dos artigos da declaração e procure desenvolver também seu material. A ideia é escolher um artigo que seja muito significativo para você e traduzi-lo por meio de desenho, fotografia, música etc, e que pode ser compartilhado com os colegas e o professor em um dos encontros presenciais no CEEJA.



FICA A DICA!

Você pode conferir o texto completo da *Campanha 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos* em: <http://www.dhnet.org.br/dados/campanhas/a_pdf/campanha_sedh_dudh_60.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2014.



Como a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* interfere na vida das pessoas? Representa um valor, um desejo, um sonho? Pense no que significa uma declaração. Declarar é fazer que algo seja sabido, ouvido, expresso. Dar uma declaração é dizer o que se pensa. Amigos e família fazem isso quando brindam em ocasiões especiais, e os enamorados, quando discutem ou manifestam seu amor. Mas a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* não é uma declaração de intenções, e sim de princípios. Seu conteúdo representa conquistas, aspectos da vida política que já são (ou devem ser) vivenciados na prática todos os dias. Assim, se a declaração é universal, isso quer dizer que os seres humanos querem determinar sua vida presente estabelecendo que certas violências, indignidades, desigualdades de condições já não serão mais toleradas. Esse documento significa que, uma vez superados a escravidão, a tortura, o extermínio e toda forma de barbárie, é necessário que se declare publicamente (com uma divulgação universal) que tais manifestações de poder são e sempre serão inadmissíveis – e que isso seja algo comum a todos os povos.

HORA DA CHECAGEM

Atividade 1 - Trabalhando com imagem, música, poema, jornal

Espera-se que você tenha criado um material baseando-se em um dos artigos da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Esse material pode ter sido um texto, em prosa ou em verso, ou você talvez tenha efetuado colagens de imagens extraídas de alguma fonte ou produzido imagens originais, por meio de desenho e/ou pintura. A ideia é que, ao produzir esse material, você tenha expressado o seu sentimento em relação àquele direito, de forma que convide o observador da obra a pensar também nesse tema.

